

O Pacto Global e a Rede Brasileira do Pacto Global

Em um contexto marcado pela globalização não só no campo econômico, mas também no campo político, social e cultural, a Organização das Nações Unidas tem aprofundado suas relações com o setor privado, o que tem provocado grandes debates, polarizados, de uma forma geral, em duas frentes: 1) Uma frente que acredita que esta aproximação pode ser construtiva ao atrair legitimidade e recursos para dentro da organização, fortalecendo a estrutura de governo multilateral e tornando-a mais democrática; e 2) Uma segunda frente que, contrariamente à primeira, acredita que esta aproximação é um risco, pois pode deslegitimar a organização perante a sociedade internacional, pois considera como iguais atores sociais com diferentes pesos (econômico, político e social), o que possibilitará acusações de conflito de interesse e favoritismo (Centre For Applied Studies For International Negotiations - CASSIN, 2007).

Ao defender a adoção de “princípios globais” por parte do setor privado através do *Pacto Global*, este modelo da ONU para a RSC reconhece a intenção de construir – com a participação não só de empresários mas também de governos e organizações da sociedade civil – legitimidade social para a atuação do mercado e das empresas, estabelecendo a confiança e o capital social vistos como indispensáveis para a sustentabilidade do desenvolvimento econômico. E, para tanto, as redes locais são tidas como essenciais, pois são elas as responsáveis por enraizar localmente os valores e princípios que constam no Pacto Global, buscando novas formas de engajamento e ação coletiva.

Neste capítulo, procederemos à análise do *Pacto Global*, os dez princípios da ONU para a RSC e da Rede Brasileira para o Pacto Global. Para uma análise mais completa, consideramos a importância de avaliar alguns aspectos, como, por exemplo, o contexto em que o *Pacto Global* foi produzido, a idéia que permeia sua elaboração e as principais observações e críticas feitas não só por aqueles que se dedicam ao estudo da RSC, mas por setores da própria ONU e por Organizações Não-Governamentais, uma vez que uma das idéias que permeia a elaboração do *Pacto Global*, como veremos

adiante, é busca pela legitimidade e fortalecimento da ONU (e do próprio *Pacto Global*), que deve ser traduzida na participação de “todos os interessados”.

Assim, para que possamos efetivamente compreender o significado, o alcance e as limitações do *Pacto Global* e sua relação com a RSC no Brasil e com a Rede Brasileira do Pacto Global, abordaremos: 1) O contexto em que se desenvolveu a aproximação da ONU com o setor privado, as críticas a este novo relacionamento e quais fatores são tidos pela literatura como responsáveis por esta aproximação; 2) Os princípios que compõem o *Pacto Global*, a sua estrutura, seu funcionamento e os seus objetivos; 3) A recepção e as críticas a esta iniciativa; 4) A evolução do tema da responsabilidade social corporativa no país; 5) A Rede Brasileira do Pacto Global e a sua relação com o Instituto Ethos e 6) O processo de transnacionalização no Brasil associado à temática da RSC e as tensões hegemônicas aí inseridas.

3.1

A ONU, o Relacionamento com o Setor Privado e a Responsabilidade Social Corporativa⁷⁹

In view of the increased role played by corporate actors, at both the national and international level, the United Nations is considering the scope of the responsibilities of businesses and exploring ways in which corporate actors can be made accountable for the impact of their activities on human rights. However, the practical meaning of the link between business and human rights remains unclear for many and there remains substantial debate over which human rights can and should apply to business, and in what way. (Centre for Applied Studies for International Negotiations, 2007: 1)

No contexto marcado pelo crescente poder das grandes corporações transnacionais, a Organização das Nações Unidas tem dedicado parte de suas atenções ao setor privado como forma de responder aos novos desafios colocados no cenário internacional. De acordo com o relatório produzido, em 2007, pelo *Centre for Applied*

⁷⁹ Não iremos, nesta seção, abordar o histórico do desenvolvimento da temática da responsabilidade social corporativa dentro da ONU e suas agências. A intenção aqui é compreender o contexto em que há a modificação da forma de relacionamento da ONU com o setor privado, preparando o caminho para a elaboração do Pacto Global. Alguns instrumentos da ONU que se relacionam com a RSC, anteriores ao Pacto Global, foram abordados brevemente na última seção do terceiro capítulo (Código de Conduta para as Transnacionais, Código de Conduta sobre Distribuição e Uso de Pesticidas, Declaração Tripartite de Princípios sobre as Empresas Multinacionais e a Política Social, Rascunho de Normas sobre Responsabilidade de Corporações Transnacionais e Outros Empreendimentos de Negócios com Relação a Direitos Humanos, Agenda 21 e Objetivos do Milênio). Para uma abordagem mais completa sobre a evolução especificamente do tema das Nações Unidas, cf. Aragão, 2010: 59-86.

Studies for International Negotiations (CASSIN), o relacionamento da ONU com o setor privado é complexo e diverso e remonta aos anos 70, quando tentativas foram feitas, sem sucesso, para regulamentar e modificar o comportamento das empresas transnacionais.

O relatório elaborado pelo CASSIN aponta, basicamente, duas visões que abordam o relacionamento da ONU com o setor privado: uma que evidencia fundamentalmente os riscos desta aproximação (sustentada especialmente por ONGs, estudiosos e por algumas agências da própria ONU, como a *United Nations Research Institute for Social Development* - UNRISD) e outra - tida como moderada - que vê como construtivo o aprofundamento destas relações (representada, sobretudo, por organizações empresarias e setores da própria ONU), que, entretanto, deve ser dada de forma cautelosa.

Para Larrabe (2007), o relacionamento entre as Nações Unidas e o setor privado não é recente - o que pode ser comprovado pela estrutura tripartite da OIT e de outras organizações dentro da ONU - embora tenha se aprofundado na década de 90. Segundo o autor, alguns fatores contribuíram para o crescimento das relações da ONU com o setor empresarial, dentre eles: 1) Mudanças estruturais, como a privatização da autoridade pública na esfera internacional, redefinindo as fronteiras entre público e privado; 2) Período de crise enfrentado pela ONU a partir de novos desafios colocados pela sociedade internacional, em especial o aumento da participação do setor privado; 3) Dificuldades econômicas internas; 4) Novo contexto ideológico que favorece a ampliação da atuação do mercado não só na economia, mas também no processo de solução de problemas de governo em áreas antes concebidas enquanto públicas.

Esses fatores, segundo Larrabe, convergiram para que a atuação do setor privado dentro da ONU crescesse e se diversificasse, retirando a imagem negativa de desconfiança havida dentro da organização. Mecanismos de cooperação e colaboração se multiplicaram, oficial ou não-oficialmente, a nível local ou global, sem deixar de causar alarme para ONGs, estudiosos, acadêmicos e até mesmo para setores da própria ONU:

And we in the United Nations, we on the multilateral side, on the development side, must also be mindful of something else: that in dealing with the private sector, we cannot be uncritical. To begin with, it is dangerous to assume that the goals of the private sector are somehow synonymous with those of the United Nations, because they most emphatically are not (Discurso de Carol Bellamy, Executiva da UNICEF para a Conferência Internacional de Harvard sobre Desenvolvimento. Cambridge, Mass. 16 de abril, 1999).

Para Larrabe, as formas de colaboração entre a ONU e o setor privado implicam muitos riscos e limites, sendo, os principais, as acusações de favoritismo e o conflito de interesse:

In spite of the overall positive tone of its documents concerning these matters, the United Nations itself has had to recognize that cooperation with the business world involves a number of dangers. In addition to the most obvious risks for the reputation of the UN due to possible accusations of favoritism or a conflict of interests (Secretary-General of the United Nations, 2001: 12-14), we must not forget the risks for the political coherence of the United Nations deriving from the fact that most of the attention of the business world focuses on a number of matters that interest it more than others. This might affect the funds allocated, conditioning the coherence of the political agenda of the UN and even modify the internal balances between the organizations and funds of the system. (Larrabe, 2007: 4-5).

Desta forma, Larrabe acredita que o estreitamento das relações da ONU com o setor privado possui um objetivo político: legitimar as empresas e as companhias enquanto atores da sociedade civil:

The inclusion of the business sector within the concept of civil society would be a very important step towards strengthening such a relationship and several measures have been taken over recent years. For some, there has been a political cost involved in stating this directly and others have resorted to a calculated ambiguity (Larrabe, 2007:5).

Para considerar os riscos políticos que esta aproximação pode causar - visão por nós compartilhada - Larrabe menciona o relatório produzido por Fernando Henrique Cardoso (2003), presidente do “*Panel of Eminent Persons responsible for examining the relationship between the United Nations and civil society*”: O reconhecimento de organizações empresariais como partes da sociedade civil, na visão de Larrabe, pode colocar em risco o processo de tomada de decisão inter-governamental e multilateral, sua característica democrática e sua legitimidade, pois ter mais atores atuantes no processo de tomada de decisão não significa, obrigatoriamente, decisões mais justas e democráticas:

The fact that more actors take part in decision-making does not mean that the decisions adopted are more just or democratic. This opening of States, of the intergovernmental process to other main interest groups (civil society and the private sector) is not always positive. Fear of the growing participation of the business world is a powerful stimulus or people to be distrustful of these networks and alliances in which several interest groups take part; and proposal 9 of the Cardoso Report (Secretary-General of the United Nations, 2004a: 40), which advises in favour of promoting relations with different actors in the private sector, does nothing to dispel such fear (Larrabe, 2007: 8)

Paine (2000), por sua vez, acredita na ocorrência de uma mudança na forma de relacionamento entre a ONU e o setor privado, que passa da hostilidade nos anos 80 – a partir do lançamento de uma ofensiva por parte das corporações às Nações Unidas – à noção de parcerias e complementaridade nos anos 90.

A incorporação à ONU de novos países independentes nos anos 70, que buscavam a redistribuição dos recursos globais de forma mais igualitária, dá origem a uma relação tensa entre as Nações Unidas e o setor privado: as empresas se tornaram mais críticas e começaram a questionar o papel da ONU na regulação do mercado e na distribuição dos recursos.

Nos anos 80, a ideologia neoliberal - que permeava a administração de empresas, associações e *think tanks*, além de governos como o de Thatcher e Reagan - atuou de forma a disseminar a idéia de ineficiência, burocracia, atraso e corrupção das instâncias públicas, buscando reformas no sentido de privatização, corte de gastos públicos e redução de tarifas e impostos: “Over the course of more than two decades, neo-liberal propagandists have defined the UN as an inefficient and unresponsive bureaucracy, threatening to impose itself on the world’s people” (Paine, 2000: 3).

De acordo com Paine, a redução de contribuições financeiras à ONU, por parte do governo norte-americano no início dos anos 80, para programas que os EUA não apoiavam, gerou um estrangulamento econômico que forçou a Organização das Nações Unidas não só a demitir funcionários, cortar em 10% seus gastos e a interromper programas que estavam em curso, mas também a fazer concessões e a acatar determinadas demandas e reformas – situação que, segundo a autora, fica ainda mais problemática com a queda do bloco socialista, quando os EUA se tornam mais agressivos e poderosos:

Such shifts of power and policy resulted in growing official acceptance of neo-liberalism and the ideology of privatization in every region and every voting bloc at the UN. Further, most governments preferred to avoid a direct challenge to the United States, with its unique combination of military and economic power. Few were ready to actively oppose US policies of withholding funds from the UN and blackmailing the organization into fundamental policy changes (Paine, 2000: 4).

Para Paine, o mandato de Boutros-Gali, iniciado na ONU em 1992, marca o fim do monitoramento das operações das corporações transnacionais: a pressão dos EUA e de grupos lobistas, como a Câmara Internacional do Comércio, gera um processo de reformas internas que não favorece uma estrutura normativa obrigatória mas uma regulação privada, voluntária. E mais: a nível global, uma série de conferências busca

atrelar a idéia de desenvolvimento social a de desenvolvimento econômico e os investimentos privados começam a ser vistos como formas de redução de pobreza.

Em 1997, com a posse de Kofi Annan, as corporações – agora vistas como parte da sociedade civil por meio da constituição de suas organizações – começam a ser chamadas à participação na ONU e, deste modo, são estabelecidas parcerias como formas de atrair investimentos, conhecimento tecnológico e apoio político para dentro da organização.

Paine acredita que as empresas, ao contrário das Nações Unidas, viram estas parcerias de forma muito mais cautelosa, e identifica seis objetivos que as empresas teriam pretendido alcançar: 1) Influenciar as decisões políticas da ONU, no sentido de diminuir regulação e entraves à atuação e desenvolvimento das corporações; 2) Influenciar a produção ideológica da ONU, orientando-a a confirmar a importância do setor privado na solução dos problemas globais; 3) Contrabalançar o poder das ONGs; 4) Moldar políticas que atuem de forma a favorecer o interesse próprio; 5) Promover uma boa imagem e 6) promover seus próprios produtos.

As Nações Unidas, por sua vez, ainda ofereceriam às empresas apoio, legitimidade e melhores condições de barganha:

Annan and his team believed that in spite of the enormous power of the corporations, the UN had some cards of its own to play. As the only credible global political body, it could offer a strategic bargain to corporations – a bargain that individual governments had offered at an earlier moment in history. Corporate capital would agree to curb its appetite for accumulation, and agree to some regulation and social protection, in exchange for which the UN would help mobilize public support and legitimacy to defend the corporations against their most critical opponents (Paine, 2000:8).

As preocupações e considerações de Paine e Larrabe são reiteradas por Martens & Paul (2004), que acrescentam, no nosso entendimento, uma importante observação: os autores acreditam que as empresas multinacionais, ao se tornarem parte de organizações como a ONU, acabam agindo, *sem legitimidade*, como representantes da população, pois participam do processo de tomadas de decisões políticas sem terem sido democraticamente eleitos para tanto:

Democratically elected Governments and Parliaments are the only actors that are legitimated to set global rules and standards and to take global decisions. They are accountable to their electorate and shouldn't not be allowed to privatize their duties by shifting global responsibilities to NGOs and other private actors. Civil society participation must be complementary, not a substitute, to the role of Parliaments. Participatory democracy goes hand in hand with representative democracy (Martens & Paul, 2004: 4).

Neste sentido, e estamos de acordo, os autores ressaltam a necessidade das instâncias governamentais e inter-governamentais em manterem o seu caráter *público e institucional*, representante dos interesses da sociedade como um todo, para que o estabelecimento de estruturas democráticas de governo a nível global seja tornado possível.

De acordo com o relatório produzido pela *Joint Special Unit* da ONU, em 1999 - “Private Sector Involvement And Cooperation With The United Nations System” - o relacionamento da ONU com o setor privado é antigo e, inicialmente, esteve baseado em relações comerciais - através do fornecimento de bens, equipamentos, serviços e *commodities* - que hoje podem chegar ao valor anual de 3 bilhões de dólares.

Segundo o relatório (*Joint Special Unit*, 1999: 3-4), uma outra forma de inserção do setor privado nas Nações Unidas tem se dado por meio de sua participação - direta ou indireta - como membros ou observadores - na elaboração da estrutura normativa e de padrões. Como, por exemplo, na *Economic Commission for Europe* (ECE) que deu origem, há 30 anos, ao *United Nations rules for Electronic Data Interchange for Administrative, Commerce and Transport* (UN/EDIFACT); na *Food and Agriculture Organization* (FAO), que criou o *Codex Alimentarius* e na *World Intellectual Property Organization* (WIPO). Ainda de acordo com o relatório, outras agências da ONU, como a *United Nations Industrial Development Organization* (UNIDO) e *The United Nations Development Programme* (UNDP) desenvolveram relações próximas com o setor privado, sem esquecer, obviamente, a própria estrutura tripartite da Organização Internacional do Trabalho.

The relationship with the private sector, therefore, is not new. However, a fundamental shift in the way that the United Nations approaches the private sector, and perhaps in the way that the private sector sees the United Nations, has occurred in recent years (*Joint Special Unit*, 1999: 4).

A mudança no relacionamento, segundo o relatório, vem a partir da concepção de que o setor privado pode ser um parceiro da ONU na redução da pobreza e no desenvolvimento de uma economia global sustentável, que estenda os benefícios da globalização aos países mais pobres. As empresas, por sua vez, passam a encarar a ONU como “business-friendly” uma vez que a interdependência global e os problemas colocados no comércio internacional já não podem mais ser solucionados isoladamente por algum Estado-Nacional.

A visão que considera como positiva a entrada e a participação de “novos setores da sociedade civil” na ONU está igualmente baseada na idéia de que, por meio de parcerias e do relacionamento com os *multi-stakeholders*, a governança global seria favorecida e a estrutura democrática inter-governamental, fortalecida.

Embora não sem discussões, a compreensão do que significa “sociedade civil”, para a ONU inclui o setor privado: “The Panel’s terms of reference adopted a broad, inclusive definition of civil society that encompasses a wide variety of non-state actors, including parliamentarians and the private sector” (Cardoso, 2003: 4); “The private sector will be considered, therefore, as only one of the components of civil society; the latter encompassing many other entities with which the United Nations has already established very strong links” (Joint Special Unit, 1999: 1).

A abertura das Nações Unidas ao setor privado é tida como imprescindível para a própria sobrevivência e legitimidade da organização, dadas as mudanças trazidas pela participação de atores sociais não-estatais cada vez mais ativos no cenário internacional.

In such an inclusive and participatory environment it was only natural that interaction between civil society and the UN system steadily expanded and diversified. The last decade was indeed marked both by an explosion in the traditional patterns of consultation with non-state actors and by the experimentation of innovative forms of partnership and collaboration (Cardoso, 2003, p. 2).

Para Kofi Annan, há uma *interdependência* entre o setor empresarial e as Nações Unidas, pois o comércio e os investimentos apenas podem se dar em um ambiente seguro, de paz e prosperidade – exatamente onde atua a ONU. Este ambiente, por sua vez, pode ser favorecido igualmente pela atuação do próprio mercado através da geração de empregos e da melhoria da qualidade de vida. Assim, questões relativas à paz e ao desenvolvimento econômico devem ser alcançadas por meio de parcerias que *compartilhem responsabilidades* não apenas com governos de Estado, mas igualmente com organizações internacionais, sociedade civil e setor privado:

The United Nations must become a more outward-looking, or networking, organization. It should explicitly convene and foster multi-stakeholder partnerships and global policy networks, reaching to constituencies beyond Member States and being sure to maintain a fair North-South balance. The traditions of its formal intergovernmental processes can be barriers to this objective. But partnerships and policy networks will have a stronger results orientation and provide a surer connection between the Organization’s local actions and its global values, especially in making progress on the Millennium Development Goals. Moving on this goal is necessary for the survival of the United Nations. Public support will dwindle unless the United Nations can demonstrate that it can make a clear and positive

difference (Secretary-General of the United Nations, 2004⁸⁰ apud Larrabe, 2007).

3.1.1

O Pacto Global

No contexto de aprofundamento das relações entre a ONU e o setor privado a elaboração do Pacto Global se dá a partir do amadurecimento de uma idéia que vinha sendo desenvolvida pessoalmente por Kofi Annan, secretário-geral da ONU, desde sua posse, em 1997, por meio de conversas com empresários, especialmente na Câmara Internacional do Comércio e no Fórum Econômico Mundial.

Em 1999, o secretário-geral das Nações Unidas, em sua terceira visita ao Fórum de Davos, Suíça, discursou sobre a sua intenção de desenvolver parcerias entre a ONU e o setor privado – considerando os objetivos de ambas as partes como “mutually supportive”⁸¹ – e chamou os empresários a iniciar “*um pacto global de valores e princípios compartilhados que darão ao mercado global uma face humana*”⁸².

Em seu discurso, Annan considera as áreas escolhidas (direitos humanos, o trabalho, meio ambiente) como de extrema importância para a sobrevivência do mercado aberto global e para o regime de comércio multilateral: “Finally, I choose these three areas⁸³ because they are ones here I fear that, if we do not act, there may be a threat to the open global market, and especially to the multilateral trade regime”.

A idéia é encontrar meios que permitam *o desenvolvimento da economia global sem a imposição de restrições oficiais*, e duas são as soluções encontradas: 1) por meio da arena política internacional, as empresas podem levar os Estados a fornecerem à ONU “os recursos e a autoridade dos quais necessitamos para fazermos nosso trabalho” e 2) por meio da promoção direta dos valores compartilhados na esfera corporativa, pelo respeito aos padrões já existentes e pela implantação de novos padrões ambientais e de trabalho, mais evoluídos.

⁸⁰ Secretary-General of the United Nations (2004): We the peoples: civil society, the United Nations and global governance. Report of the Panel of Eminent Persons on United Nations-Civil Society Relations, A/58/817, June.

⁸¹ Discurso de Kofi Annan em Davos. Disponível em: <http://www.un.org/News/Press/docs/1999/19990201.sgsm6881.html><http://www.un.org/News/Press/docs/1999/19990201.sgsm6881.html>. Acesso em 13/10/11.

⁸² Ibid.

⁸³ O décimo princípio, que trata da corrupção, compõe a quarta área e foi apenas incorporado ao *Global Compact* em 2004.

Para Kofi Annan, há uma clara interdependência entre a ONU e o setor privado: enquanto o último fornece à primeira, principalmente, conhecimento tecnológico e recursos, as agências da ONU estão prontas para assistir aos empresários e outros grupos sociais especialmente nos domínios da arena política, através da manutenção de um ambiente favorável ao comércio e à economia aberta – o que passa diretamente pela concretização dos dez princípios constantes no *Pacto Global*, ligados aos direitos humanos, ao trabalho, ao meio ambiente e à anticorrupção⁸⁴.

Quadro 4 – Princípios do Pacto Global

Pacto Global	
Direitos Humanos	1. As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente, na sua área de influência;
	2. As empresas devem certificar-se de que não participam em abusos e violações de direitos humanos.
Direitos do Trabalho	3. As empresas são chamadas a apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
	4. As empresas devem apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;
	5. As empresas devem apoiar a erradicação efetiva do trabalho infantil;
	6. As empresas devem apoiar a eliminação da discriminação no emprego e ocupação.
Proteção ao Meio Ambiente	7. As empresas devem adotar uma abordagem preventiva para os desafios ambientais;
	8. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental;
	9. Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente sustentáveis.
Combate à Corrupção	10. As empresas devem combater a corrupção sob todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

As razões para as empresas participarem desta iniciativa são destacadas no *site* criado para divulgar o Pacto Global e dentre elas estão: a capacidade de demonstrar liderança, de administrar riscos ao tomar uma postura pró-ativa e de melhorar a administração da empresa e da marca, demonstrando como a adoção de princípios morais pode se reverter favoravelmente para os negócios, numa perspectiva claramente instrumentalizada.

Como já ressaltado na introdução deste capítulo, a defesa da adoção do Pacto Global pelo setor privado é explicado pela própria ONU como forma de legitimação social para atuação dos mecanismos de mercado, pois a participação dos “non-business actors” é compreendida como meio de criar e potencializar o capital social tido como fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável:

⁸⁴ O Pacto Global está baseado na Declaração Universal dos Direitos Humanos; na Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho e seu Segmento; na Declaração do Rio e na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

The *Global Compact* is a framework for businesses that are committed to aligning their operations and strategies with ten universally accepted principles in the areas of human rights, labor, the environment and anti-corruption. As the world's largest, global corporate citizenship initiative, the *Global Compact* is first and foremost concerned with exhibiting and building the social legitimacy of business and markets⁸⁵.

De caráter essencialmente *voluntário*, o *Pacto Global não é um instrumento de regulação* – “não policia, força ou mede o comportamento ou ações das empresas”⁸⁶ – mas uma *rede* cujo centro é formado por 6 agências da ONU (Alto Comissariado para Direitos Humanos, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Organização Internacional do Trabalho, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Escritório da Organização das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime) e pelo escritório geral do *Pacto Global* e hoje conta com a participação de 8000⁸⁷ associados (dentre empresas, organizações empresárias, ONGs, universidades e outros) em mais de 135 países.

Baseado na busca por “*accountability*, transparência e no interesse próprio das empresas, do trabalho e da sociedade civil”⁸⁸, o *Pacto Global* busca direcionar as atividades empresariais a partir dos 10 princípios citados, valendo-se, para isso, de alguns instrumentos, tais quais: 1) Diálogos sobre Política (espaço para discussão de questões importantes que possam gerar atitudes concretas no campo da RSC); 2) Fórum de Aprendizado (espaço para disseminar as ações identificadas enquanto consonantes com os 10 princípios e postas em prática); 3) Iniciativas de Parceria (parcerias específicas para concretizar os 10 princípios) e 4) Abordagem regional (Distribuição regional de conhecimento e busca por novos atores e organizações interessadas em difundir e aplicar o *Pacto Global*).

A idéia é através de um *fórum de discussão* e da apresentação de estudos de caso formar uma rede que permita o encontro e o envolvimento dos diversos participantes e *stakeholders*, no sentido de divulgar práticas sociais corporativas que obtiveram sucesso e estimular a implantação dos 10 princípios, incentivando o alinhamento das empresas com estes princípios advogados internacionalmente.

Embora não haja estrutura para fiscalização ou sanção do descumprimento na implementação dos princípios, foi criada, em agosto de 2005, uma estrutura de governo

⁸⁵ Disponível em www.unglobalcompact.org Acesso em 29/10/11.

⁸⁶ Ibid.

⁸⁷ Até então, a última atualização dos dados no site do *Global Compact* aconteceu em 28 de julho de 2011.

⁸⁸ Disponível em www.unglobalcompact.org Acesso em 29/10/11.

- formada por seis diferentes entidades⁸⁹ - responsável por fortalecer o envolvimento dos participantes com a iniciativa ou dos *stakeholders* entre si, seja a nível local ou global, e uma das estratégias é o desenvolvimento das redes locais, “clusters of participants who come together to advance the United Nations Global Compact and its principles within a particular geographic context”⁹⁰.

They [the local networks] perform increasingly important roles in rooting the Global Compact within different national, cultural and language contexts, and also in helping to manage the organizational consequences of the Global Compact’s rapid expansion. Their role is to facilitate the progress of companies (both local firms and subsidiaries of foreign corporations) engaged in the Global Compact with respect to implementation of the ten principles, while also creating opportunities for multi-stakeholder engagement and collective action. Furthermore, networks deepen the learning experience of all participants through their own activities and events and promote action in support of broader UN goals⁹¹.

Muitos são os encontros e as redes formadas a partir do Pacto Global. De acordo com o “United Nations Global Compact Local Network Report”, de 2011, existiam, no ano anterior, 97 redes locais do pacto global, reunindo cerca de 10 mil participantes dos variados grupos de *stakeholders*. Embora o número de participantes venha crescendo “across the board and doubled from 2007 to 2010 in nearly all regions, except in the Americas. Yet even in Latin America, growth has been consistent since 2007, with about 400 participants signing on annually” (United Nations Global Compact Office: 2011, 21)⁹².

Como uma iniciativa voluntária, não há taxa para os membros associados. O *Pacto Global* é mantido por doações realizadas por governos e “pequenas contribuições podem ser solicitadas aos membros durante os encontros e atividades específicas”, embora em 2006 tenha sido criada a Fundação para o Pacto Global (*Global Compact Foundation*), uma organização não-lucrativa que visa arrecadar fundos para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao Pacto Global e para a manutenção do escritório central.

⁸⁹ *Global Compact Leaders Summit, Local Networks, Annual Local Networks Forum, Global Compact Board, Global Compact Office* e o *Inter-Agency Team*.

⁹⁰ Disponível em www.unglobalcompact.org Acesso em 29/10/11.

⁹¹ *Ibid.*

⁹² O crescimento na participação no *Global Compact* não necessariamente significa atividade nas redes locais e nos encontros das redes regionais, uma vez que, de acordo com este mesmo relatório, na América Latina e Caribe, o encontro aconteceu em novembro, no Paraguai, e contou com a presença de apenas 25 participantes do Pacto Global (United Nations Global Compact Office: 2011, 12).

Como um fórum aberto, a adesão ao *Pacto Global* se dá por iniciativa da empresa ou de qualquer organização interessada, que deve remeter uma carta de seu principal executivo ao Secretário-Geral das Nações Unidas, expondo o seu apoio e o seu compromisso em por em prática os 10 princípios do Pacto Global. A empresa deve tornar seu compromisso público, disseminá-lo entre os *stakeholders*, e incluí-lo entre os seus documentos. Outro passo importante aconselhado pelo Pacto Global diz respeito à publicação de um relatório anual relativo ao desempenho da empresa quanto à implantação dos 10 princípios e à submissão de parte deste relatório em um link no *site* do *Pacto Global*.

Embora não haja medida que busque verificar a implantação dos princípios – “a iniciativa não é pensada, desenhada e nem mesmo possui mandato ou recursos para monitorar ou mensurar a performance dos participantes”⁹³ - foram desenvolvidos alguns mecanismos que tentam proteger a “integridade das Nações Unidas”. Um deles diz respeito uso do emblema das Nações Unidas: a resolução 92 (I) de 7 de dezembro de 1946 expressa a proibição do uso deste emblema para objetivos comerciais ou outras formas sem prévia autorização do secretário-geral. Em relação *Pacto Global*, o uso inadequado de seu nome ou logo pode acarretar na revogação do status de participante e até mesmo na instauração de processo legal.

Uma outra estratégia utilizada pela ONU para preservar a sua própria imagem e a imagem do *Pacto Global* é publicação do relatório anual da empresa, chamado *Communication on Progress – COP*, sobre o seu desempenho na implantação dos 10 princípios, que deve ter ao menos uma breve descrição submetida em um link do *site*. “The purpose of the COP requirement is to ensure and deepen the commitment of *Global Compact* participants, safeguard the integrity of the initiative and to create a rich repository of corporate practices that serves as a basis for continual performance improvement”.⁹⁴

A *Global Reporting Initiative* – por ser um padrão para elaboração de relatórios sobre aspectos ligados à sustentabilidade econômica, social e ambiental – é vista como uma forma de ajudar na elaboração e fortalecer os relatórios anuais (os COPs, que devem ser enviados ao escritório do *Pacto Global*), pois adicionaria status, asseguraria a apresentação da performance do participante de maneira adequada e ainda

⁹³ Disponível em www.unglobalcompact.org Acesso em 29/10/11.

⁹⁴ Ibid.

providenciaria uma orientação concreta de como estes princípios podem ser colocados em prática conjuntamente.

A não-publicação do COP no site do *Pacto Global*, após um ano, fará o participante ser considerado como “não-comunicado”; após dois anos, ele será tido como “inativo” e, pelo terceiro ano consecutivo, se não houver qualquer comunicação sobre o progresso na implantação dos 10 princípios, o participante será desconsiderado membro do *Pacto Global*. Os membros considerados inativos não poderão participar dos eventos realizados pelo *Pacto Global* ou usar sua logo até que atualizem seus relatórios. Desde a sua criação e até janeiro de 2011, 2.048 empresas foram expulsas do Pacto Global pela falha constante em reportar as suas COPs⁹⁵.

Outro aspecto que vale a pena ressaltar é a disponibilização gratuita de todos os dados, discursos e documentos produzidos internamente pelo *Pacto Global* ou pelos eventos e redes a ele relacionados. Todas estas informações sugerem uma política de acessibilidade e transparência que tenta compensar o caráter voluntário da iniciativa e a falta de um mecanismo que, de fato, monitore a implantação dos princípios.

3. 1.2

A Recepção e as Críticas ao *Pacto Global*

Neste sentido, a forma pela qual o *Pacto Global* é concebido está igualmente intimamente relacionada à forma pela qual é vista a aproximação entre a ONU e o setor privado e à visão que se tem sobre a RSC. A visão que considera como positiva a entrada e a participação de “novos setores da sociedade civil” (organizações e associações empresariais) na ONU está igualmente baseada na idéia de que, por meio de parcerias e do relacionamento *multi-stakeholder*, a governança global seria favorecida e a estrutura democrática inter-governamental, fortalecida. As empresas, por sua vez, passam a encarar a ONU como “business-friendly” uma vez que a interdependência global e os problemas colocados no comércio internacional já não podem mais ser solucionados isoladamente por algum Estado-Nacional.

Para Ruggie (2002), que foi secretário-geral assistente e conselheiro sênior de Kofi Annan, as expectativas sociais sobre o papel das empresas multinacionais ultrapassaram a idéia de filantropia e ética empresarial: “the name of the game today is

⁹⁵ Informação Disponível em: <http://www.unglobalcompact.org/news/95-01-20-2011>. Acesso em 11/02/2012.

to align the corporation behind broader social and environmental goals, or at least to make sure that actions by firms do not undermine them” (Ibidem, p. 31).

Ruggie vê o *Pacto Global* apenas como a “segunda-melhor solução” (Ibidem, p. 32), uma vez que um código de caráter obrigatório e regulatório não poderia ser implantado, segundo Ruggie, por três fatores: 1) Os únicos países a aceitarem se esforçar neste sentido “seriam aqueles que não são amigos do setor privado, dos direitos humanos, ou de regras para o trabalho ou ambiente”; 2) As exigências logísticas e financeiras para a ONU monitorar as empresas transnacionais e seus fornecedores seriam enormes. Apenas ações nacionais seriam capazes de, efetivamente, regular e verificar o cumprimento das normas e 3) Uma tentativa por parte da ONU neste sentido seria veementemente oposta pela comunidade empresarial, levando-os, cada vez mais, a ações no sentido de evitar regulamentações.

Para Willians (2004) o principal argumento sustentado pelo *Pacto Global* é a idéia de que, ao menos que as empresas adotem uma postura moral séria, que os seus objetivos estejam alinhados com objetivos morais, a globalização estará fadada ao fracasso. Há, para o autor, uma crescente preocupação, principalmente por parte das empresas multinacionais, em que os negócios sejam conduzidos de uma forma ética. Willians acredita que o *Pacto Global* tem a chance de se tornar um instrumento mais efetivo do que os demais, pois possui a visibilidade, o alcance global e o poder reunido de múltiplos *stakeholders* que se acumulam na ONU e, além disso, carrega em si uma dupla visão da moral : uma visão que enfatiza o seu valor intrínseco e uma visão que destaca o seu aspecto utilitário, favorável aos negócios.

As ONGs, de uma maneira geral, reagiram com desconfiança e suas queixas e preocupações estão bem sintetizadas pelo relatório produzido pelo CASSIN⁹⁶, bem como as respostas a estas considerações oferecidas pela ONU. São elas:

- 1) Utilização do *Pacto Global* por parte das empresas como forma de limpar a sua imagem e uso dos valores da ONU como plataforma de propaganda. Em resposta, a ONU afirma que a idéia de parceria e benefício mútuo é a que deve prevalecer nesta iniciativa;
- 2) Abuso do uso do logotipo. Como resposta, houve a criação de um logotipo próprio para o *Pacto Global*, que, segundo a ONU, “é estritamente regulado”;

⁹⁶CASSIN, Op. Cit. p. 10-13.

3) Falta de mecanismo de controle e punição. O escritório do *Pacto Global* afirma que existem medidas para resguardar a integridade da iniciativa, como a *Communication On Progress* que caso não seja efetuada, terá como resultado a desvinculação do participante ao Pacto Global.

4) “Selecione e escolha”: Alguns membros do *Pacto Global* colocam em prática alguns princípios e não todos, o que pode prejudicar a imagem e a integridade da iniciativa. O *Pacto Global* afirma que todos os princípios são encorajados a serem seguidos, mas alguns podem levar mais tempo do que outros até serem colocados em prática;

5) A idéia de “melhores práticas” substitui a noção de “padrões obrigatórios”. Como resposta tem-se o entendimento de que as boas práticas prevalecerão e isto despertará o desejo pela codificação.

6) A iniciativa não deixa espaço para atuação das ONGs, uma vez que o setor privado é o principal interlocutor no *Pacto Global*, criando o risco de desequilíbrio. Para o *Pacto Global*, as ONGs, como *stakeholders* e parte desta iniciativa, têm a mesma responsabilidade que os demais membros.

7) A iniciativa deveria permanecer dentro do contexto de desenvolvimento mais amplo da ONU, como redução de pobreza, construção de capital social e capacitação de empresários responsáveis. Em contrapartida, o *Pacto Global* assegura que estes objetivos já estão incorporados nos valores que proclama.

O relatório cita ainda outras importantes reações ao *Pacto Global* e à aproximação da ONU com o setor privado, tais como a publicação de artigos e relatórios por parte de ONGs e a formação “Alliance for a Free Corporate UN”⁹⁷, uma rede global que busca afastar a influência do setor privado das Nações Unidas que no Fórum Mundial Econômico de 2000 lançou o *Citizen Compact*⁹⁸, uma alternativa ao Pacto Global, cujo objetivo é estabelecer uma estrutura normativa para regular atuação das empresas transnacionais.

3.2

Responsabilidade Social Corporativa no Brasil e A Rede Brasileira do Pacto Global

⁹⁷ Para maiores informações, consultar: <http://www.corpwatch.org/section.php?id=101>.

⁹⁸ Para maiores informações, consultar: <http://www.corpwatch.org/article.php?id=992>.

Nesta seção pretendemos analisar a Rede Brasileira do Pacto Global, demonstrando o avançado estágio da RSC no país. Para tanto, analisaremos a evolução histórica do tema, seus principais atores e organizações, associando o avanço desta temática ao processo de constituição de uma nova ordem transnacionalizada que impacta diretamente na forma de atuação do Estado brasileiro, seja pela adoção de novas orientações político-econômicas, jurídicas ou ideacionais. Analisaremos a Rede Brasileira tendo em mente estas considerações, buscando destacar suas interseções, limites e ambigüidades.

3.2.1

Evolução da Responsabilidade Social Corporativa no Brasil

O discurso e as práticas de RSC no Brasil foram fortemente influenciados pelas mudanças estruturais de caráter neoliberal implantadas, sobretudo, nas décadas de 1980 e 1990. Beghin (2009) destaca que os processos de desnacionalização e abertura comercial que tomaram lugar neste período resultaram em maior presença do capital estrangeiro em território nacional e contribuíram de forma decisiva para que o sistema corporativo implantado na era Vargas – e organizado em torno de sindicatos, federações e confederação – cedesse lugar a “um quadro de abertura pautado pela competição e por um marco voluntário na organização da ação coletiva empresarial” (Beghin, 2009: 121).

Outros fatores, tais qual o processo de redemocratização político nacional e a complexificação do mercado, são ressaltados pela autora como responsáveis pela modernização do setor empresarial e pela sua reorganização em prol da melhor defesa de seus interesses, uma vez que as antigas elites empresariais eram vistas como ineficientes, atrasadas, dependentes do Estado e avessas ao interesse público.

Para a autora, embora essas mudanças tenham impactado no empresariado brasileiro, muitas continuidades persistem em relação ao padrão anterior. “A heterogeneidade e a fragmentação de representação da classe empresarial, traços historicamente consolidados, persistem, manifestando-se pela coexistência de diferentes segmentos, com características diversas e orientações políticas também diferenciadas, em alguns casos, inclusive, contraditórias” (Beghin, 2009: 122-123).

É neste contexto de heterogeneidades, continuidades e rupturas que se situam os debates em torno da RSC e a criação de organizações empresariais voltadas para a

prática de ações sociais (que serão exploradas adiante), inclusive dentro de estruturas mais tradicionais de representação de interesses⁹⁹. A criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) – “com o objetivo de refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas de reconhecido comprometimento com responsabilidade social e sustentabilidade empresarial” (Beghin, 2009:130) – e a mobilização do empresariado brasileiro em torno dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs)¹⁰⁰ – para Beghin, uma “pauta mínima” criada a partir de referenciais de países extremamente pobres (e, talvez por este motivo, a própria Constituição Federal do Brasil seja vista como mecanismo legal que estabelece metas que vão muito além daqueles criadas pela ONU por ocasião da Declaração do Milênio, mas que são entendidas como obstáculos à acumulação) – são outros indicativos da proporção do alcance da temática de RS no país (Beghin, 2009: 132).

Embora muitas organizações empresariais tenham sido criadas nas décadas de 1980 e 1990 a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (ACDE) é anterior a estas mudanças e, por este motivo, tida como pioneira nesta área no país. Criada em 1961 por um grupo de empresários de São Paulo, a ACDE “tem por objetivo, estudar, viver e definir nas atividades econômica e social os princípios e aplicações dos ensinamentos cristãos, através da educação e da formação do meio empresarial”¹⁰¹. Em 1965 - por ocasião do II Encontro Nacional das Associações de Dirigentes Cristãos de Empresa do Brasil, em Salvador, Bahia - ACDE já utilizava o termo “Responsabilidade Social das Empresas” em sua “Carta de Princípios do Dirigente Cristão”¹⁰², o que, para Ciro Torres (2000), reflete “as sementes da mudança” de mentalidade do empresariado causada pelos impactos sociais e ambientais das atividades empresariais, “mesmo que ainda limitado ao mundo das idéias e efetivando-se apenas em discursos e textos ” (Torres, 2000:33).

⁹⁹ Como, por exemplo, o Conselho Temático Permanente de Responsabilidade Social (CORES) no âmbito da Confederação Nacional de Indústria (CNI) e o Programa de Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas pelo SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

¹⁰⁰ Criados em 2000 pela ONU, os Objetivos do Milênio consistem em 8 metas que devem ser atingidas até o ano de 2015 pelos seus 191 Estado-Membros: 1) Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2) Atingir o ensino básico universal; 3) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) Reduzir a mortalidade na infância; 5) Melhorar a saúde materna; 6) Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; 7) Garantir a sustentabilidade ambiental e 8) Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento (Disponível em <http://www.pnud.org.br/odm/> Acesso em 17/01/2012).

¹⁰¹ Disponível em: <http://www.adcesp.org.br/qsomos.htm>. Acesso em 13/01/2012.

¹⁰² Disponível em: <http://www.adcesp.org.br/CartadePrincípios.pdf>. Acesso em 15/01/2012.

De acordo com Ciro Torres, apenas a partir da segunda metade da década de 1970 a idéia de responsabilidade social começou a se difundir nacionalmente, estando as primeiras iniciativas centradas em São Paulo, dada a sua importância econômica e, portanto, política. A ACDE passou a ter atuação verdadeiramente nacional apenas em 1977, com a criação da ACDE Brasil e com a explicitação de preocupações quanto à função social da empresa, que deveriam ir além da produção de bens e serviços, incluindo preocupações com o bem-estar dos trabalhadores e da comunidade em geral. No entanto, relembra o autor, as limitações conjunturais nacionais não favoreciam mudanças de mentalidade, idéias e ações transformadoras. Ao mesmo tempo, o autor ressalta a costume do empresariado brasileiro com “as benesses de um Estado nacional intervencionista. Este utilizou dinheiro público para beneficiar ações e iniciativas do setor privado em geral - especialmente do empresariado industrial, que desde a implantação do processo de industrialização no Brasil, ocorrido nos anos 50, estruturou-se e desenvolveu-se sob a proteção de sucessivos governos” (Torres, 2000:35-36).

As mudanças na postura das empresas e dos empresários, para o autor, têm início na virada dos anos 1970 para 1980, com a reestruturação do Estado e as crises do modelo de desenvolvimento e assistência pautado na ação e proteção estatal. O processo de abertura econômica e política – adoção de políticas neoliberais e redemocratização interna – especialmente no início dos anos 1980, consolida a “falência do modelo intervencionista estatal” e, ao mesmo tempo, um “amplo processo de transformação”, marcado por grande organização e participação popular – por meio da mobilização e atuação, principalmente, de sindicatos, ONGs, movimentos sociais étnicos, raciais, feministas e ambientalistas – e organização e participação das empresas e empresários. (Torres, 2000:38).

As organizações da sociedade civil passam a demandar posturas éticas, pautadas em responsabilidades sociais e ambientais que devem ser assumidas pelas empresas. Com o passar do tempo, estas organizações pressionaram e as próprias empresas sentiram necessidade de tornar suas ações sociais e ambientais públicas, criando, então, Relatórios de Atividades Sociais, cada vez mais difundidos, chamados, posteriormente, de Balanços Sociais. No início dos anos 1990, a temática da RSC começou a se consolidar, sendo verificada a criação de muitas organizações voltadas para este tema e “a realização anual de relatórios sociais e ambientais entrou num amplo processo de aceitação e disseminação no meio empresarial” (Torres, 2000:41) – o que, para o autor, demonstra a “mudança de mentalidade de uma parcela expressiva do empresariado

nacional, onde a visão de um capitalismo de cunho mais social (...) tem, de maneira crescente, levado em consideração a questão da ética e da responsabilidade social e ambiental na hora de tomar decisões” (Torres, 2000:42).

Avaliando o fenômeno da RSC no Brasil, Costa (2006) procura demonstrar que as ações sociais dos empresários não são novidades no Brasil. “O envolvimento social das empresas obedece a duas ondas importantes, ambas ligadas a momentos de redemocratização e de reinserção do país na ordem internacional. Esses momentos propiciam a necessidade de adaptação a uma nova realidade e a uma mudança de valores, muitas vezes, inspirada em modelos externos” (Costa, 2006:110).

Nos anos 1940, afirma a autora, as “ações sociais” estavam presentes como forma de controlar a massa operária, diante dos temores do avanço do comunismo e, nos anos 1990, o “investimento social privado” aparece não somente a partir da crise do Estado – uma vez que, para a autora, o Estado brasileiro nunca esteve apto a responder e suprir as necessidades de sua população –, mas em um outro contexto, mais democrático, marcado pelo seu reordenamento com vistas à criação de um mercado e uma comunidade capazes prestar exatamente os serviços básicos que o Estado não garante.

A autora faz uma análise histórica do processo de ações sociais promovido pela caridade da Igreja Católica, a partir do século XVI, principalmente por meio da implantação das Santas Casas de Misericórdia – continuada pelo Estado com a instauração da República, através do repasse de recursos, como estratégia de controle de pobreza, por meio das quais se foram erguendo instituições próprias para a assistência social. Os empresários, por sua vez, atuaram de forma filantrópica, realizando doações para estas instituições, e já por volta de 1880 começaram a “atuar socialmente” por meio de construções de vilas operárias, que buscavam não o bem-estar dos trabalhadores, mas a sua disciplina e controle a partir do afastamento do cenário de urbanização crescente e caótico.

Já no século XX, por volta dos anos 1930 e 1940, haveria uma nova forma de relacionamento entre empresariado e governo no Brasil, “para atender aos propósitos comuns de modernização e industrialização da economia e da estabilidade social” (Costa, 2006:111). Nos anos 1940, foram criadas as instituições do chamado Sistema S (SENAI; SENAC; SESC; SESI)¹⁰³ para capacitação e bem-estar da mão-de-obra, sob

¹⁰³ SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, criado em 1942; SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio, criado em 1946 - ambos objetivam a qualificação de mão-de-obra; enquanto o SESC - Serviço Social do Comércio- eo SESI - Serviço Social da Indústria, fundados em

influência da idéia de “paz social” entre trabalhadores e capitalistas – estes últimos aceitando aumentar suas contribuições ao Estado com o objetivo de ampliar sua ação social (os recursos que mantêm o sistema S são recolhidos dos empregadores de forma compulsória, o que é interpretado pela autora como forma do Estado delegar aos empresários a responsabilidade pelo bem-estar dos trabalhadores) e frear movimentos de inspiração comunista, promover valores “democráticos” e cristãos e viabilizar a participação das elites nas instâncias decisórias.

Portanto, a responsabilidade social dos empresários no Brasil a partir da construção de vilas operárias e da criação de organizações para o bem-estar dos trabalhadores e seus familiares está circunscrita no espaço do processo de industrialização do país. A mão-de-obra deveria estar vinculada ao espaço territorial da organização do trabalho, através da lealdade ao patrão onde buscava-se a “harmonia” entre capital e trabalho, frente ao combate da ideologia comunista. (Costa, 2006:113-114).

A crise fiscal dos anos 1980, somadas às propostas de cunho neoliberal por organizações internacionais de financiamento tais como o FMI e o Banco Mundial – que envolviam privatizações, corte de gastos públicos e desregulamentação da economia para a renegociação de dívidas e novos investimentos em programas governamentais – trazem grandes impactos para a credibilidade e legitimidade do Estado como agente de regulação de questões sociais.

No final dos anos 80, as empresas passam a reavaliar seu papel e seus mecanismos de inserção política e econômica, bem como sua intervenção como agente social no novo cenário brasileiro. As mudanças no sistema internacional redefiniram a agenda governamental nos anos 80 e 90 e forçaram o empresariado a se readaptar a um novo papel político e social (Costa, 2006:114).

Em num contexto econômico de maior competição, o empresariado reavalia suas relações com a sociedade e seus mecanismos de inserção política, econômica e social. Neste novo cenário, tem-se a criação, por empresários, da Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), de caráter cristão, “que desde 1986 vem se dedicando a difundir o que ela chama de ‘ética comum’ e ‘paz social’ ”(Costa, 2006:115). No ano seguinte, foi criado o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), que “passou a apresentar uma forte inclinação para a ação social e uma nova

1946, buscam o bem-estar dos trabalhadores, atuando na área de lazer, cultura, educação e saúde. Posteriormente, novas instituições foram criadas e passaram a fazer parte do Sistema S: SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas -, em 1972; SEST- Serviço Social de Transporte – em 1993; SENAT- Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – igualmente em 1993; e SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – em 1991. Todos criados com os mesmos objetivos das demais instituições, a saber: a promoção de capacitação dos trabalhadores e o seu bem-estar social.

postura frente ao sistema político, combateu a oligarquização e o imobilismo das entidades tradicionais” (Idem). Para Costa, o PNBE se definia como um movimento em busca de democracia, preocupado com a inflação e com o silêncio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP):

O comportamento proposto pelo PNBE baseou-se em negociações abertas com o Estado e trabalhadores, através de iniciativas concretas de pacto social. Nesse sentido, rejeitou mudanças e reformas decididas tecnocraticamente pelo Estado, em prol de decisões realizadas em câmaras setoriais tripartites, como as formadas nos governos Collor e Itamar. (Idem).

A criação da Associação Brasileira de Indústria de Brinquedos (Abrinq), em 1990, sob a inspiração da nova Constituição, por alguns dos membros do PNBE, que pretendia elaborar e implementar projetos sociais voltados para crianças e adolescentes; a atuação do Instituto Brasileiro de Análise Econômica e Social (Ibase), uma ONG criada em 1981, mas que no início dos anos 1990 passou a atuar em prol de temas como combate à fome, à violência e à disseminação da AIDS; e a criação do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), em 1995, “com o objetivo de mobilizar empresas e articular parcerias entre organizações da sociedade civil e o Estado para projetos sociais comunitários” (Costa, 2006: 117) são exemplos de organizações engajadas com a promoção de idéias e práticas de responsabilidade social corporativa no Brasil e que muitas vezes foram além da ação de empresários, contando com a participação de ONGs, sindicatos, artistas, associações comunitárias, indivíduos, igrejas, escolas, universidades e outros.

A criação, por parte do Ibase, do Balanço Social, em 1997, é tido pela autora como instrumento de grande importância “para auditar as empresas quanto a seu comportamento socialmente responsável” (Idem), atuando no sentido de dar transparência e publicidade às ações da empresa que visam à melhora da qualidade de vida de seus empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade¹⁰⁴.

Costa, entretanto, confere destaque ao Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social na promoção das idéias de RSC. Igualmente criado por membros do PNBE, em 1998,

o Instituto Ethos acredita que investir em responsabilidade social é um grande negócio, na medida em que as empresas podem compartilhar custos com o governo em relação ao desenvolvimento sustentável local, através de uma rede de ações capazes de sensibilizar, motivar e facilitar o investimento social dos empresários brasileiros (Costa, 2006:118).

¹⁰⁴ <http://www.balancosocial.org.br>. Acesso em 06/02/2012.

Composto por Empresas, entidades empresariais e instituições de ensino, o Ethos reúne empresas de diferentes regiões, setores e portes, que juntas somam um faturamento anual correspondente a cerca de 35% do PIB brasileiro e empregam em torno de 2 milhões de pessoas¹⁰⁵.

Para Agüero (2005), o crescente papel contestador exercido por setores da sociedade civil e movimentos do trabalho, no Brasil, durante o regime militar (1964-1985) criou, nos anos seguintes, durante o processo de abertura política e econômica, uma preocupação e um interesse para grupos de empresas, dando início a debates sobre políticas nacionais, que foram além de interesses corporativos imediatos.

Desigualdade, injustiça, violência urbana e corrupção foram temas que levaram empresas a se organizarem. Neste sentido, o autor, igualmente, aponta a importância do Ibase e do GIFE, como organizações engajadas com a RS. A ação do PNBE – durante os anos 1980 e 1990, descrito pelo autor como “the major thrust in business mobilization”¹⁰⁶; o papel exercido pela Fundação Abrinq – por meio da defesa dos direitos das crianças e adolescentes – e as preocupações expressas pela Fides demonstram, refletem igualmente outras inquietações e interesses consolidados nas organizações empresariais vistas por Agüero com as organizações mais influentes na disseminação de idéias e práticas de RSC no Brasil.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é tido, entretanto, pelo autor, como a maior referência em RSC no Brasil. *Agüero ainda qualifica o Ethos como um das três organizações mais influentes no debate sobre RSC no Brasil*¹⁰⁷, possuindo como característica distintiva:

(...) Its governing councils [that] are not representative. Its members are co-opted, not elected members are companies, not individuals. Free from electoral and representational considerations, it may function as a politico-cultural vanguard of the business sector pushing it in the direction of social responsibility. Its purpose is not principally to manage or implement large projects, but to promote a new culture in business management based on responsiveness to stakeholders. It seeks to identify a network of people in the media and academia that can help promote agenda of CSR, to be always ahead, alert to new trends, and to articulate these trends back to its expanding membership. (Ibid., p. 67).

¹⁰⁵ www.ethos.org.br/ Acesso em 06/02/2012.

¹⁰⁶ Dadas as suas preocupações sociais vistas como progressivas quanto a questões relacionadas ao ambiente e aos direitos dos consumidores (apesar da oposição das federações oficiais de empresários (Agüero, 2005: 66).

¹⁰⁷ As outras duas seriam o GIFE e o Ibase.

O trabalho de Gomes (2007) atua de forma, acreditamos, complementar ao estudo realizado por Agüero (2005), argumentando que

mais que um resultado de uma crescente crítica dos consumidores e/ou dos cidadãos aos problemas gerados pelas empresas, o desenvolvimento da RS no Brasil foi um desdobramento de uma nova orientação política de *um setor do empresariado*, que incorporou ‘exemplos práticos’ de intervenção social como parte de sua atuação política, nos final dos anos 80” (Gomes, 2007:15)

Gomes destaca a importância do PNBE para o desenvolvimento da RS no país, inclusive e especialmente para a criação do próprio Instituto Ethos. “Este, aliás, deve ser visto como um desdobramento do PNBE, cuja proposta de uma postura social pró-ativa dos seus membros para viabilizar uma democracia social, ganhou grande penetração no meio empresarial nos anos 90, possivelmente ‘constituindo a idéia de RS’ no Brasil”. (Gomes, 2007:18).

Para Gomes, o PNBE surge como resposta aos novos desafios colocados às instituições corporativistas pela redemocratização do país e pela liberalização econômica a partir dos anos 1980. Criado em 1987 por um grupo de jovens empresários que se opunha à inatividade política e à centralização das decisões por parte dos dirigentes da FIESP diante deste novo cenário, o Pensamento Nacional de Bases Empresariais buscou estabelecer-se como grupo forte, capaz de ser ouvido dentro da própria entidade e manifestar-se politicamente fora dela.

O PNBE, e suas lideranças – especialmente nas figuras de Oded Grajew e Emerson Kapaz – expressaram publicamente suas preocupações com os efeitos das políticas de controle da inflação – que não eram tomadas em conjunto com empresários e trabalhadores e, assim, acabavam por limitar o desenvolvimento nacional e por estes últimos, sofrendo, portanto, com a falta de legitimidade, democracia e eficácia – e com a necessidade de se estabelecer “um sistema político mais representativo, mais transparente e com maior *accountability*” (Gomes, 2007:20). O PNBE tentou influenciar, por exemplo, em 1989, as eleições presidenciais por meio da reivindicação de “audiências públicas” com os candidatos à presidência.

O PNBE teve grande importância nos anos seguintes às eleições: buscou negociações tripartites para a saída do congelamento econômico; posteriormente, influenciou no movimento de *impeachment* do presidente Collor, cuja primeira manifestação de rua foi idealizada por um dos líderes do PNBE, Oded Grajew, e pela Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB/SP); ressaltou a necessidade de que o Plano Real considerasse os ganhos reais dos trabalhadores e os estímulos à produção; criticou

a busca da estabilidade em oposição ao crescimento econômico e manifestou-se contra episódios de corrupção nos poderes públicos.

As preocupações iniciais do PNBE quanto à RS giraram em torno do entendimento de que “havia reais alternativas para os problemas sociais do país, desenvolvendo projetos de intervenção social nestas questões – isto seria parte do exercício ‘empresarial’ da cidadania” (Ibid). Na busca por “ações diretas”, o PNBE e seus líderes se envolveram com questões ecológicas, educacionais e de assistência social¹⁰⁸ e premiaram iniciativas, governamentais ou não-governamentais, que promovessem valores de cidadania defendidos pela instituição.

Gomes afirma que, embora o PNBE esteja ativo, acabou perdendo o papel de destaque que teve na política brasileira até o primeiro governo de Fernando Henrique, devido à implantação, por FHC, de reformas econômicas e políticas que eram parte da agenda social-democrata que a instituição reivindicava e por divergências internas, que levaram suas lideranças a se afastarem do movimento. Uma das lideranças, Grajew, se aproximou de Lula após sua derrota para FHC em 1994 e colaborou com a organização do Fórum Social Mundial. A decisão de criar um instituto para lidar com “questões sociais” dentro do próprio PNBE – Instituto PNBE de Desenvolvimento Social – e a criação de outras instituições, fora do PNBE, para lidar com questões antes cuidadas por este, a partir da atuação de lideranças deste movimento, são outros fatores que contribuíram para que a instituição perdesse a centralidade no debate. “Foi nesse momento que Grajew procurou se inteirar do fenômeno da RS fora do Brasil, acabando por capitanear a fundação do Ethos, mas a partir de todo um trabalho anterior desenvolvido pelo PNBE” (Gomes, 2007:25).

Grajew, então, no final dos anos 1990, começa um processo de engajamento com instituições na Europa e nos EUA que lidavam com a temática da RSC, e em 1998, com o apoio cerca de dez empresas, cria o Instituto Ethos de Responsabilidade Social (embora já lidasse com ações sociais desde a criação da Fundação Abrinq, em 1990), reforçando seu caráter de “vanguarda”, como propôs Agüero e concordou Gomes. Embora o foco de atuação do Ethos seja a empresa, Gomes afirma que sua atuação vai muito além, “envolvendo idéias de ação coletiva de promoção da RS e até de

¹⁰⁸ São exemplos a criação do Grupo de Meio Ambiente, visando à racionalização do uso de energia e separação do lixo; o Grupo de Trabalho de educação, com projetos voltados para reforma de escolas públicas e inserção digital; “Banco de Alimentos”, “centros de convivência” para moradores de rua e projetos de qualificação profissional também foram desenvolvidos nos anos 1990 pelo PNBE em São Paulo e em outros núcleos regionais (Gomes, 2007:25-30).

mobilização do Estado no mesmo sentido” (Gomes, 2007:32). “Ainda que voltado para a empresa, o Instituto acabou por replicar muitos dos objetivos do PNBE, apenas mudando o foco para esta [a empresa] e não mais para o empresário” (Gomes, 2007:35). A empresa, encarada como agente de promoção de desenvolvimento pelo Ethos, deve atuar de forma cooperativa, em prol da sustentabilidade, e é neste ponto que reside a importância do mesmo: como instituição capaz inserir na empresa preocupações éticas e responsabilidades sociais.

Gomes, antes de finalizar, aponta ainda a criação de outras instituições vinculadas à RS, a partir das ações de líderes do PNBE, “mas enfocando problemas ou causas mais específicas do que então se via como nosso déficit social e político” (Gomes, 2007:36), como a Fundação Abrinq, o Instituto São Paulo contra a Violência¹⁰⁹, a *Transparência Brasil*¹¹⁰, o Instituto Akatu pelo Consumo Consciente¹¹¹ e Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO)¹¹². Desta forma, o autor conclui o artigo afirmando a necessidade de serem consideradas as raízes políticas da RSC no Brasil, demonstrando que a “prática social poderia ser um elemento de fortalecimento da prática política”(Gomes, 2007:42).

3.2.2

O Instituto Ethos e A Rede Brasileira do Pacto Global

Criado em 1998, por um grupo de empresários do setor privado – muitos deles pertencentes igualmente ao grupo de fundadores do PNBE – o Instituto Ethos é uma organização sem fins lucrativos, caracterizada como organização da sociedade civil de interesse público, cuja missão é “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa”¹¹³. Fundado com o principal objetivo de difundir práticas e idéias de RSC, o Ethos funciona como um centro de conhecimento, de troca de experiências e de desenvolvimento de ferramentas que ajuda empresas a analisarem suas práticas administrativas, fortalecendo o comprometimento destas com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável. Diferentes empresas, de

¹⁰⁹ Para maiores informações, ver www.ispcv.org.br.

¹¹⁰ Para maiores informações, ver www.transparencia.org.br.

¹¹¹ Para maiores informações, ver www.akatu.org.br.

¹¹² Para maiores informações, ver www.etc.org.br.

¹¹³ Disponível em www.ethos.org.br Acesso em 15/11/2011.

diferentes tamanhos e áreas de atuação, “são encorajadas a estabelecer padrões éticos de relacionamento com seus empregados, consumidores, fornecedores e acionistas, com a comunidade onde atuam, com o poder público e com o meio ambiente”¹¹⁴.

As empresas são vistas pelo Instituto Ethos como importantes agentes para a promoção do desenvolvimento econômico e para a inovação tecnológica, como atores cruciais que devem se engajar em ações cooperativas (no mundo interdependente e em diferentes níveis) que promovam bem-estar, considerando a proteção dos direitos humanos, a preservação da herança cultural e ambiental e a construção de uma sociedade justa. “A participação do setor empresarial – por sua capacidade criadora, seus recursos e sua liderança – é crucial. Os diversos setores da sociedade estão redefinindo seus papéis. As empresas, adotando um comportamento socialmente responsável, são poderosas agentes de mudança para, juntamente com os Estados e a sociedade civil, construir um mundo melhor.”¹¹⁵.

A necessidade de coerência ética e transparência na relação das empresas com seus diferentes *stakeholders* é enfatizada pelo Ethos. O Instituto ajuda as empresas a incorporarem gradualmente o conceito de comportamento empresarial socialmente responsável, entendido como:

a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona. Também se caracteriza por estabelecer metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais¹¹⁶

A implementação de políticas e práticas que correspondam a elevados critérios éticos, por meio de um trabalho de orientação voluntária (consolidação de informação e banco de dados com práticas de RSC, seminários, palestras e conferências, articulação e mobilização de diferentes atores sociais e de assistência técnica - não há consultoria ou intermediação nos projetos sociais), igualmente é função do instituto, que busca, com isso, demonstrar para as empresas a relevância do comportamento socialmente responsável para o retorno a longo prazo em seus investimentos¹¹⁷.

Embora o Ethos tenha criado um sistema de avaliação e referência para o comprometimento e as práticas sociais das empresas – os Indicadores Ethos

¹¹⁴ Ibid.

¹¹⁵ Ibid.

¹¹⁶ Ibid.

¹¹⁷ Ibid.

(considerando as múltiplas dimensões da RSC, como os valores e a transparência, o público interno, o meio ambiente, os fornecedores, os consumidores, a comunidade, o governo e a sociedade) – estes não funcionam como um instrumento de certificação (não fornecem “selos”). Empresas, entidades empresariais e instituições educacionais, quando associadas ao Instituto, aceitam a sua carta de princípios, concordando em adotar a primazia da ética, a integridade e a transparência nas suas práticas e relações – o que inclui práticas socialmente responsáveis e marketing responsável, confiança e diálogo com as partes interessadas, valorização da diferença, combate à discriminação e compartilhamento de conhecimento, como uma comunidade de aprendizagem.

As instituições educacionais, as entidades empresariais e as empresas, de diferentes portes e setores, que se uniram ao Ethos possuem faturamento anual de aproximadamente 35% do PIB brasileiro e empregam cerca de 2 milhões de pessoas. A crescente importância da RSC, a pressão de grupos organizados (como ONGs, consumidores, mídia, investidores, movimentos de trabalhadores, etc), o surgimento de novas estruturas de governança global e a necessidade econômica de criar relações de mercado são fatores mencionados por Young (2004), ex-presidente do Ethos, que ajudam a entender o crescimento da instituição que, em 1998, possuía apenas 11 empresas-membros – um número que, em 2004, cresceu para 800. Em 02 abril de 2012, data em que pudemos visualizar a última atualização do banco de dados de empresas associadas ao Instituto Ethos, já eram 1471 empresas¹¹⁸. associadas, divididas em 4 categorias¹¹⁹: 1) Microempresas: 266 associadas ou 18,1% do total; 2) Pequenas empresas: 411 associadas ou 27,9% do total; 3) Médias empresas : 270 associadas ou 18,4% do total e 4) Grandes empresas: 466 associadas ou 31,7% do total¹²⁰, sendo que a maior parte das empresas (70,8%) está concentrada em São Paulo (53,8%), seguido pelo Rio de Janeiro(13,3%) e Minas Gerais (6,7%), os três estados mais ricos do Brasil em Produto Interno Bruto (PIB).

Nós acreditamos que os números acima nos permitem, simultaneamente, concluir pela crescente importância da RSC e do Ethos no país, manifestada pelo crescente número de empresas que a ele se associam. Assim, Quando o Pacto Global foi formalmente lançado, em junho de 2000, o Instituto Ethos já era uma referência para a

¹¹⁸ 58 empresas não informaram seu porte ao Ethos, representando 3,9% do total das empresas associadas. Disponível em www.ethos.org.br Acesso em 02/04/2012.

¹¹⁹ As empresas associadas são caracterizadas por porte, de acordo com o número de funcionários e com a receita bruta. Para maiores informações sobre o assunto, ver: www.sebrae.com.br e www.bndes.gov.br

¹²⁰ Disponível em www.ethos.org.br Acesso em 02/04/2012.

RSC em ascensão no Brasil: naquele ano, cerca de 300 empresas já estavam associadas ao Ethos¹²¹. Como referência, então, para a RSC no Brasil, o Ethos se tornou um importante parceiro para o Pacto Global em nível local, no estado de São Paulo, capital econômica do país, e, conseqüentemente, pelo crescimento do Instituto e pelo grau de importância adquirido pela temática, em nível nacional, chegando até mesmo a impactar no plano internacional.

O Pacto Global, então, não foi uma iniciativa pioneira no país, mas uma iniciativa global que se uniu a movimentos locais já existentes de RSC para desenvolver a si mesma. Agüero (2005) enfatiza, junto a outros autores (Lettieri, 2004, Costa, 2006, Gomes, 2007), a especificidade do Brasil e do Instituto Ethos quando se pensa a trajetória da RSC na América Latina: *Brazil displays the most advanced practice and set of institutions in CSR in the [Latin America] region.*” (Agüero, 2005: 65) - apesar de três fatores comuns terem convergido, na visão do autor, para a difusão da RSC na região: 1) Mobilização e pressão social; 2) Mudança na visão do empresariado e 3) Avanços na teoria e na prática da administração.

Embora a Rede Brasileira do Pacto Global tenha sido lançada apenas em 2003 com o apoio do Instituto Ethos, a relação entre o Pacto Global e o Ethos é anterior. Durante o primeiro semestre de 2000, o Ethos deu início a um processo de engajamento das empresas brasileiras ao Pacto Global, conseguindo a assinatura de 206 empresas nacionais – sendo importante lembrar que, no mesmo ano, o Ethos possuía cerca de 300 empresas associadas – em um verdadeiro esforço para expandir a iniciativa da ONU na região e ampliar e fortalecer o seu próprio papel neste processo (Villares, 2008).

Quando a lista contendo os nomes das 206 empresas brasileiras que aderiram ao GC foi entregue a Kofi Annan, em um encontro em Nova York, em julho de 2000, o Ethos sugeriu a realização de um seminário no Brasil, para ajudar na compreensão do GC e na difusão dos seus princípios no país. O evento, chamado “Business Dialogue on Pacto Global Principles”, aconteceu em 2001, em Minas Gerais, e contou com a participação de cerca de 300 pessoas, incluindo representantes de empresas, setores da sociedade civil, academia, jornalistas e agências da ONU (Ibid.).

Em 2003, Oded Grajew, fundador do Instituto Ethos, foi convidado para se unir ao Pacto Global International Board, sugerindo, então, que o III International Global

¹²¹ Disponível em www.ethos.org.br Acesso em 15/11/2011.

Compact Learning Forum Meeting acontecesse no Brasil. E assim aconteceu, em dezembro de 2003. No mesmo ano, o *Comitê Brasileiro para o Pacto Global* foi criado por meio de uma parceria entre o Ethos e a PNUD: como um grupo voluntário, o Comitê Brasileiro para o Pacto Global promove o GC nacionalmente, ajudando organizações e agindo como um espaço para troca de experiências e como um fórum de aprendizagem dos princípios, além de se articular internacionalmente com outras redes.

No ano seguinte, o presidente Luís Inácio Lula da Silva foi convidado pelo Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, para proferir a palestra magna no “Global Compact Leaders Summit”, evento que contou com a presença de 450 executivos de alto nível e de 31 ministros, oficiais de governo e representantes das agências da ONU. “At the invitation of the Secretary-General, President Luis Inacio Lula da Silva of Brazil delivered the keynote luncheon address, speaking to the role of business in society and the private sector’s power to help address pressing global challenges, including poverty alleviation”¹²². Discursou Lula: “Business has more than just an economic role; it must also have a social and political dimension....That is why I wish to see you equally involved in the campaign to free all human beings from the scourge of hunger”¹²³. Lula, durante a palestra, expressou o temor de que os países pobres não atinjam os objetivos do milênio até 2015, sendo, necessários, portanto, *esforços compartilhados* para que as desigualdades entre países ricos e pobres sejam diminuídas, incluindo a atuação das empresas e de seus líderes junto a governos na denúncia das injustiças provocadas por políticas protecionistas e por meio da adoção de ações socialmente responsáveis¹²⁴. “To fight for a fairer world is the duty of all: governments, businessmen and civil society. At stake here is the world we want to build”¹²⁵.

A participação de Lula no “Global Compact Leaders Summit” deu Ânimo à Rede Brasileira, que, em 2005, se mobilizou em torno da promoção dos Objetivos do Milênio, reestruturando o Comitê para se aproximar da ONU no Brasil e do escritório do Pacto Global em Nova York. Em 2006, Manuel Escudero, então chefe do *Global Compact Network*, convidou o Instituto Ethos a se tornar o ponto focal da rede brasileira do Pacto Global e no ano seguinte, a rede se reorganizou para estar presente no Pacto Global Leaders Summit e, desde então, o Comitê Brasileiro para o Pacto Global tem

¹²² The Global Compact Leaders Summit. Final Report. United Nations Global Compact: 2004, 3. Disponível em: http://www.unglobalcompact.org/docs/news_events/8.1/summit_rep_fin.pdf Acesso em 18/11/2011.

¹²³ Ibid., p. 4.

¹²⁴ Ibid., p. 12.

¹²⁵ Ibid., p.13.

realizado esforços no sentido de promover a difusão dos princípios do GC no Brasil, por meio da criação de uma Secretaria Executiva¹²⁶. Localizada no Instituto Ethos, que fornece as necessidades estruturais e organizacionais sem receber contribuição financeira Comitê Brasileiro para o Pacto Global, a Secretaria Executiva coordena, apóia e executa os objetivos do Comitê: a comunicação da campanha do Pacto Global (na linguagem “business-to-business”), a atualização do seu *website* no Brasil, os encontros das comissões e a campanha de mídia nacional do Pacto Global são algumas das atribuições da Secretaria Executiva e do Comitê Brasileiro para o Pacto Global (SECEXC/CBPC, 2009).

Como uma representação coletiva das redes locais do Pacto Global, o Comitê Brasileiro é dividido em 4 comissões (Direitos Humanos e Trabalho, Meio Ambiente, Educação e Anti-corrupção) e, embora a idéia seja compor o Comitê com diferentes atores (empresas, agências da ONU, instituições acadêmicas, atores da sociedade civil e “outras organizações interessadas em promover os princípios do GC e o movimento de RSC no Brasil”¹²⁷) ligados às áreas de atuação das comissões, seus atuais 35 membros¹²⁸ são compostos, majoritariamente, por empresas (73%) e associações empresariais (12%). Instituições acadêmicas representam somente 6% do Comitê Brasileiro para o Pacto Global; as Organizações da Sociedade Civil/ONGs, outros 6% e, por fim, as Organizações do Setor Público, 3%. Não há representação de sindicatos no Comitê Brasileiro para o Pacto Global, nem mesmo de agências da ONU.

Quando falamos dos participantes brasileiros no Pacto Global, da Rede Brasileira do Pacto Global em si, quase o mesmo perfil do Comitê Brasileiro para o Pacto Global pode ser visto – embora o número de ONGs tenha crescido, o desequilíbrio se mantém. De acordo com o site do Pacto Global, existem atualmente 443¹²⁹ organizações brasileiras que fazem parte do Pacto Global: 66,1% são empresas; 14,4% ONGs locais; 7,0% são associações empresariais; 6,1% são instituições acadêmicas. Os 12,5 % restantes são compostos por: cidades (0,7 %), ONGs globais (0,9%), organizações locais de trabalho (0,9 %), fundações (1,1%), e setor público (2,7%). Concluimos, então, que as assimetrias de poder e os desequilíbrios entre

¹²⁶ Disponível em www.pactoglobal.org.br Acesso em 13/02/2012

¹²⁷ Ibid.

¹²⁸ Ibid.

¹²⁹ Disponível em www.unglobalcompact.org. Última atualização do banco de dados realizada em 28 de julho de 2011. Acesso em 02/04/2012.

diferentes atores e forças sociais persistem tanto dentro do Comitê, quanto na própria Rede Brasileira, embora o número de ONGs tenha crescido.

Para Ruggie(2008)¹³⁰ e Kell(2008)¹³¹, o Pacto Global, em seu processo inicial de implementação, trouxe surpresas positivas quanto à sua ampla aceitação e difusão nos países em desenvolvimento, em especial nos países emergentes. Esta surpresa se deve, acreditam os “formuladores” do Pacto Global, à necessidade e ao interesse das empresas destes países em demonstrar, para o mercado internacional, a aceitação dos princípios de RS e sua credibilidade nas cadeias globais de abastecimento, além de uma possibilidade de “enfrentar uma cultura ultrapassada de relação entre empresas e governos no âmbito nacional, apontando o Pacto como um exemplo de cooperação na esfera global que deveria dar o tom da relação governos-empresas na busca de garantir conjuntamente resultados de objetivos de desenvolvimento nacionais” (Aragão, 2010:110). A participação dos mercados emergentes é, então tida como ponto de destaque para Ruggie e Kell, que ressaltam o caráter global da iniciativa, afirmando que que esta não deve ser tida como uma realização dos países do Norte, pois metade dos participantes do GC vem de mercados emergentes, como China, Brasil, Índia, África do Sul e Tailândia – são empresas orientadas para fora e que buscam impulsionar a globalização (Aragão, 2010:111). “I don’t need to tell you about Brazil, where companies are very outward oriented. They understand the importance of these issues” (Kell, 2008:3 apud Aragão, 2010).

Para Lettieri (2004), o Pacto Global foi recebido no Brasil com uma mistura de ceticismo e otimismo, reproduzindo, de certa forma, as críticas e os pontos positivos já apontados internacionalmente (Lettieri, 2004: 1-2). Inicialmente muito ativa, a rede contou com ampla e imediata adesão das empresas brasileiras, que já haviam aderido a idéias e práticas de RSC nacionalmente, mas encontrou problemas logísticos de subrepresentação (Lettieri, 2004: 5-6) - como pretendemos ter demonstrado acima.

Ainda que reconhecamos que há um esforço real do Comitê Brasileiro para o Pacto Global para difundir os princípios do GC no país, há pouca visibilidade da Rede Brasileira do Pacto Global e isto está refletido pelo pequeno número de pesquisas sobre o assunto e pelo pequeno número de informações sobre a mesma divulgada na

¹³⁰ Entrevista concedida a Daniel Aragão, em 16 de outubro de 2008, na Universidade de Harvard (Boston, EUA) para tese de doutorado. Cf. Aragão, 2010.

¹³¹ Entrevista concedida a Daniel Aragão, em 04 de novembro de 2008, no Escritório do Pacto Global da ONU (Nova York, EUA) para tese de doutorado. Cf. Aragão, 2010.

imprensa. No *site* da Rede, as informações disponíveis são superficiais e esparsas, embora, no último ano, possa ser observado um esforço na atualização das informações sobre a Rede, o Comitê e o Pacto Global. E é exatamente neste sentido que o Comitê criou o planejamento estratégico para 2011-2012, como forma de difundir o Pacto Global nacionalmente, buscando “a representatividade do CBPG na sociedade brasileira”¹³² e a protagonização do “movimento de Desenvolvimento Sustentável no Brasil”¹³³ – por meio do estabelecimento de metas e período de execução – com o objetivo maior de “ser uma das melhores redes do Pacto Global da ONU e exemplo de eficácia na avaliação dos compromissos assumidos pelos signatários”¹³⁴.

3.2.3

Brasil: Transnacionalização, Responsabilidade Social Corporativa e Tensões Hegemônicas

O Brasil representa um caso especial para a transnacionalização e para a responsabilidade social corporativa, simultaneamente. Em nossa percepção, o Estado funciona ativa e passivamente na promoção do capitalismo global: a partir do final dos anos 1980, e especialmente dos 1990 em diante, o país experimentou um processo de transnacionalização por meio da abertura à economia global e da integração funcional a atividades produtivas dispersas e ao sistema financeiro global, havendo igualmente um processo de mudanças de ordem política, social, cultural e ideológica (Robinson, 2004) resultante da atuação da classe capitalista transnacional e de instituições internacionais e agências do sistema ONU, que, de forma direta e/ou indireta, interferiram nos rumos dos acontecimentos do país.

Wilmar E. Faria (2002), investigando a formulação e a implementação de políticas públicas de proteção social no Brasil a partir da implantação do Plano Real, em 1994, aponta importantes transformações estruturais que repercutiram institucionalmente na atuação do Estado brasileiro:

Fueron muchos los factores que llevaron a esas alteraciones. Entre ellos cabe mencionar el proceso de redemocratización, que se aceleró a lo largo del decenio de 1980, y los límites estructurales a que llegó la industrialización protegida llevada adelante por el Estado. La situación se agravó por

¹³² Disponível em Disponível em www.pactoglobal.org.br Acesso em 13/02/2012.

¹³³ Ibid.

¹³⁴ Ibid.

efecto de las transformaciones tecnológicas y la reorganización del capitalismo en el plano internacional; la falencia política, económica y social del llamado “socialismo real”, bajo la hegemonía de la Unión Soviética; la crisis del “Estado de bienestar social” de inspiración socialdemócrata y la consiguiente onda de reformas de este sistema; la intensificación de los procesos de globalización, sobre todo en el plano financiero y en el acceso en tiempo real a una corriente mundial de informaciones e imágenes; y la creciente importancia del conocimiento como factor estratégico de la producción. (FARIA, 2002:8).

Como conseqüência destas mudanças estruturais no regime de acumulação capitalista que criam uma nova ordem mundial, o Estado passa por uma série de reformas econômicas, políticas e sociais (e também ideológicas, como exposto acima), que envolvem a elaboração de nova Constituição e a adoção de planos de reajuste econômico, culminando com a criação do Plano Real, em 1994. Políticas de ajuste fiscal, de estabilização monetária, privatizações, liberalização comercial e financeira são implementadas como condições para expansão de investimentos e empréstimos estrangeiros. O quadro social, já caótico, desigual, excludente e vulnerável (mas de alguma expressão, de comparado aos países da América Latina e a alguns países asiáticos), foi, então agravado pelas crises dos ano 1980 e início do anos 1990.

Más conocido por sus aspectos económicos, especialmente en lo que se refiere a la lucha contra la hiperinflación y la estabilización de la moneda, el Plan Real fue enriquecido progresivamente. En primer lugar, se amplió para abarcar no sólo diferentes aspectos de las políticas monetaria, fiscal y cambiaria, sino también medidas encaminadas a la apertura de la economía y a lograr avances en el proceso de privatización y el fortalecimiento del sistema bancario. Luego se buscó englobar los aspectos relacionados con la reforma del Estado, las inversiones para adecuar la infraestructura física y social del país a los nuevos requisitos de acumulación de capital —en un plan plurianual de inversiones conocido como Avanza Brasil— y el fortalecimiento y la integración regionales en el Mercosur. Finalmente, y no menos importante, se incluyó la adopción de una amplia estrategia de desarrollo social. (Faria, 2002: 13).

Apesar de todos os ajustes estruturais e das reformas pelas quais passou o Estado brasileiro – o que inclui modificações institucionais e programáticas das políticas de proteção social, modificando o sistema de financiamento das mesmas e os mecanismos de distribuição de recursos entre as distintas esferas de governo – de forma paradoxal, os gastos sociais foram ampliados a partir da implantação do Plano Real. Tendo por base dados estatísticos do Ipea, afirma Faria, no período que vai de 1993 até 1999 “el gasto social federal llegó a su nivel más elevado, tanto en volumen absoluto como en términos de gasto por habitante” (Faria, 2002:21).

“Embora tenham sido implementadas políticas de ajuste estrutural para redução de gastos públicos, as despesas com programas sociais permaneceram e os sistemas de proteção conservaram-se estáveis, não sofrendo reestruturações profundas” (Costa, 2006:33). Estas informações demonstram as contradições e ambivalências não só do capitalismo global de feições neoliberais, que, impõem cortes nos gastos públicos, e, simultaneamente, determinam a sua aplicação de forma mais direcionada e compensatória, que repercutem, de certa forma, no Estado – que busca manter a sua legitimidade perante a sua população enquanto busca, ao mesmo tempo, preservar os requisitos da acumulação capitalista (Offe, 1984).

Nesta lógica ambivalente, o Estado brasileiro instituiu e disciplinou o “Termo de Parceria”, pela Lei 9790/1999 (Lei das Oscip), além de determinar, no artigo 194 da Constituição Federal, que a “seguridade social compreende *um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade*, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Simultaneamente, buscando responder aos anseios e reivindicações populares em torno da Constituinte, o Estado define, nos dois primeiros incisos do artigo 194 da Constituição Federal, que a seguridade social brasileira será pautada “na *universalidade* da cobertura e do atendimento” e “na *uniformidade e equivalência* dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais”. Da mesma forma, o artigo 203 da Constituição Federal dispõe que a “assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”; já na Lei Orgânica sobre Assistência Social (LOAS) – Lei 8.742/ 1993 –, seu primeiro artigo faz constar que “a assistência social, *direito do cidadão e dever do Estado*, é Política de Seguridade Social não contributiva, que *provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade*, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (Montaño, 2005: 257-264).

O Estado brasileiro recebe, então, da classe capitalista transnacional¹³⁵ e das instituições internacionais sobre as quais exercem forte influência, os constrangimentos e as orientações necessárias para reproduzir o regime de acumulação global, e, numa postura que, além de receptiva, consideramos pró-ativa, os adapta e reproduz internamente, a partir de forças concretas que se manifestam materialmente, como, por

¹³⁵ De acordo com o *World Investment Report* da UNCTAD, de 2008, dentre as 100 maiores corporações transnacionais não-financeiras de países emergentes, três delas são brasileiras e ocupam posições elevadas no ranking: em nono lugar está a Vale; em décimo sexto, a Petrobrás e em décimo oitavo, a Gerdau.

exemplo, por meio do ativismo de frações do empresariado nacional que fazem parte da classe capitalista transnacional. Essas frações exercem sua influência nos acontecimentos políticos no país e no mundo, por meio da elaboração de uma estrutura jurídica que garanta espaço e mobilidade para atuação do capital, inclusive em áreas de assistência e seguridade sociais (das quais são exemplos as práticas de RSC e a proliferação de fundos privados de pensão), na formulação de políticas públicas e, ainda, na participação em movimentos e organizações que se pretendiam opostos aos moldes da globalização hegemônica.

Neste sentido, acreditamos, merece destaque a figura de Oded Grajew, empresário brasileiro¹³⁶, que em 1972 fundou a empresa “Grow Jogos e Brinquedos”, onde desenvolvia os chamados “jogos inteligentes”, destinados a jovens e adultos e nela permaneceu até 1993 - embora nos anos anteriores já atuasse politicamente, como uma liderança empresarial, principalmente por meio do PNBE, face aos desafios colocados pelo contexto de redemocratização do país da liberalização econômica, como expôs Gomes (2007).

Além de fundador do PNBE, da Abrinq e do Instituto Ethos, Grajew foi um dos idealizadores do Fórum Social Mundial (FSM), que tomou forma, pela primeira vez, em 2001. Grajew foi ainda membro do Conselho Consultivo do Pacto Global, assessor especial do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, de quem recebeu a tarefa de engajar o empresariado no Programa Fome Zero¹³⁷; Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)¹³⁸, presidente do Instituto Ethos e coordenador-geral da secretaria-executiva da Rede Nossa São Paulo¹³⁹.

¹³⁶ Nascido em Israel, em 1944, Grajew foi naturalizado brasileiro.

¹³⁷ Programa realizado pelo governo federal que visa o estabelecimento da segurança alimentar da população mais vulnerável à fome. Para tanto, o programa de vale da atuação de diversos ministérios, e “têm por base a transversalidade e intersetorialidade das ações estatais nas três esferas de governo; no desenvolvimento de ações conjuntas entre o Estado e a sociedade; na superação das desigualdades econômicas, sociais, de gênero e raça; na articulação entre orçamento e gestão e de medidas emergenciais com ações estruturantes e emancipatórias”[grifo nosso]. Disponível em: www.fomezero.gov.br Acesso em 07/02/2012.

¹³⁸ Criado em 2003, o CDES assessorou o Presidente da República no processo de formulação de políticas e diretrizes específicas, relacionadas ao desenvolvimento econômico e social, por meio da articulação das relações de governo com representantes da sociedade. “A criação do CDES alargou de forma inédita a interlocução entre o Governo e a sociedade e a capacidade de definir, de forma compartilhada, os grandes rumos do País. O diálogo plural exercitado pelo CDES qualifica e viabiliza um projeto de desenvolvimento de longo prazo, como expressão da síntese possível dos valores e interesses predominantes, orientadores das ações de Governo e assumidos pela sociedade” [Grifo Nosso]. Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/> Acesso em 07/02/2012.

¹³⁹ Lançado em maio de 2007 - com o nome “Movimento Nossa São Paulo” - “a partir da percepção de que a atividade política no Brasil, as instituições públicas e a democracia estão com a credibilidade abalada perante a população”, a Rede Nossa São Paulo busca “fortalecer a articulação de um amplo

Chama atenção a idealização e a participação de Grajew, um empresário, um dos líderes no movimento de RSC no Brasil – no Fórum Social Mundial, tido como “um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que *se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo*”[Grifo Nosso]¹⁴⁰.

O FSM é visto por Grajew enquanto um espaço que permite o encontro de diversas organizações sociais em torno de interesses comuns: “O processo do Fórum potencializa o poder da sociedade civil nas suas ações e mobilizações” (Grajew, 2011). E é neste ponto que a idéia de responsabilidade social corporativa ganha ânimo: pela aceitação da idéia de compartilhamento de responsabilidades sociais como forma de potencializar a mobilização da sociedade civil na solução de problemas igualmente compartilhados. Direitos que deveriam ser obrigatoriamente concretizados pela atuação do Estado, passam a ser providos, por vezes, em parcerias com o empresariado em “esforços conjuntos” na implementação de políticas públicas – como o Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria (em 1993), o Programa Comunidade Solidária (1995) e o Programa Fome Zero (2003), que são exemplos da incorporação da idéia de parceria à linguagem oficial a partir dos anos 1990 (Beghin, 200:113). Por meio da atuação do Estado e de frações da classe capitalista transnacional este discurso passa a atuar concretamente, de forma nacional e local, em projetos voltados para comunidades específicas que não questionam (ou impactam) (n)as macro-estruturas de poder e (n)os regimes de acumulação capitalista. O crescimento significativo das ações de responsabilidade social corporativa, principalmente por meio da atuação de fundações e institutos empresariais, e, simultaneamente, o crescimento do terceiro setor no país, a partir dos anos 1990, chamam a atenção.

Quadro 5 – Pesquisas Recentes no Brasil que dimensionam o “terceiro setor”

Título	Instituição Responsável	Principais Resultados
“As Fundações Privadas e as Associações sem Fins	IBGE et all., 2005	A pesquisa revela que, no ano de 2005 existiam, oficialmente, 338 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) no Brasil. Embora sejam, em geral, instituições de pequeno porte e 79,5% não possuam ao menos um empregado

campo social para objetivos comuns”, por meio da “*participação de toda a sociedade para reunir idéias e propor ações que possam contribuir para o desenvolvimento justo e sustentável da cidade em áreas essenciais como Educação, Meio Ambiente, Segurança, Lazer e Cultura, Trabalho, Transporte, Moradia, Saúde e Serviços*” [Grifos Nossos]. Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br>. Acesso em 07/02/2012.

¹⁴⁰ Disponível em <http://www.forumsocialmundial.org.br>. Acesso em 09/02/2012.

Lucrativos no Brasil ¹⁴¹		formalizado, as FASFIL representam, de acordo com a pesquisa, 56,2% das 601,6 mil entidades sem fins lucrativos no mesmo ano, empregando 1,7 milhão de pessoas em todo o País ¹⁴² , com salários médios mensais de R\$ 1.094,44. Comparando o período que vai de 1996 a 2002, o número de FASFIL cresceu 157,0%, enquanto de 2002 a 2005, o crescimento registrado foi de 22,6%, gerando 6,5 mil novos empregos formais.
“A Iniciativa Privada e o Espírito Público: A evolução da ação social das empresas privadas no Brasil” ¹⁴³	IPEA, 2006	O crescimento significativo da realização de “ações sociais” pelo empresariado brasileiro entre o final dos anos 1990 e início de 2000 é o principal resultado do estudo: “Ao se analisar o conjunto de empresas brasileiras nota-se que a participação empresarial na área social aumentou 10 pontos percentuais, passando de 59%, em 2000, para 69%, em 2004. São aproximadamente 600 mil empresas que, de alguma maneira, atuam voluntariamente em prol das comunidades” (IPEA, 2006, 11). Embora neste período seja verificado pelo IPEA um aumento da atuação das empresas em questões sociais, a quantidade de recursos, entretanto, declinou: “(...) em 2004, o empresariado nacional destinou cerca de R\$ 4,7 bilhões no atendimento de comunidades carentes. Este valor, bastante expressivo em termos absolutos, corresponde a, aproximadamente, 0,27% do PIB do país para o mesmo ano. Em 2000, esta relação era de 0,43%” (IPEA, 2006: 17).
“Práticas e Perspectivas da Responsabilidade de Social Empresarial no Brasil” ¹⁴⁴	ETHOS/ AKATU, 2008	A pesquisa demonstra que, das 56 práticas de “responsabilidade social empresarial” constantes em seu questionário, 50% das empresas afirmaram praticar ao menos 22 delas. Embora tenha sido verificada uma capilaridade nos conceitos de RS, sendo apropriados inclusive por empresas de portes menores, as grandes empresas continuam a ter um envolvimento maior com a temática, aderindo a diferentes instrumentos, ferramentas e construção de estratégias de RS.

Estes dados demonstram a força das idéias neoliberais e o seu potencial econômico de mercado na aceitação de ideologia de compartilhamento de responsabilidades, que resulta concretamente na ampliação de mercado do terceiro setor – incluindo a “indústria de RSC” (Bendell, 2004) – assumindo, cada vez mais, responsabilidades cívicas, capazes de gerar não necessariamente vínculos horizontais de solidariedade, mas potencialmente vínculos de dependência que não causam obrigatoriamente libertação, como pretendeu Rifkin (2000). A lógica dos interesses coletivos parece não se diferenciar tanto da lógica do mercado, como desejou Fernandes (2000), mas ser apropriada por esta última, bem como a idéia de complementaridade entre o público e o privado, como forma de adaptação aos novos contextos e necessidades de acumulação do capital.

¹⁴¹ Para maiores informações, cf. www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/fasfil.pdf.

¹⁴² “Esse contingente representa 22,1% do total dos empregados na administração pública do País e 70,6% do total do emprego formal no universo das 601,6 mil entidades sem fins lucrativos existentes no CEMPRE 2005” (IBGE, 2005: 33)

¹⁴³ Para maiores informações, cf. www.ipea.gov.br/acaosocial/IMG/pdf/doc-28.pdf.

¹⁴⁴ Cf. www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-c30Prat_perspc_RSE_pesq2008.pdf para maiores informações.

Nos anos 1970 e 1980, na América Latina, as organizações do terceiro setor, especialmente as ONGs e as organizações sem fins lucrativos, tiveram um crescimento quantitativo expressivo devido, principalmente, ao financiamento por parte das organizações internacionais. Já nos 1990, “la enorme expansión de las ONGs - com el corte de estas remesas, redireccionadas para otras latitudes – se devió al campo vacío que deja paulatinamente el Estado, y al estímulo y financiamiento estatal de estas organizaciones, mediante los llamados ‘convenios’ “ (Montaño, 2005:291), incluindo facilidades legais, recursos materiais, humanos e financeiros, crédito fácil e exoneração fiscal (Ibid).

Para Beghin (2009), embora tenha havido uma “despolitização da questão social” nos anos 1990, dado o desenvolvimento das organizações do terceiro setor, fragmentado e heterogêneo, houve, simultaneamente, um distanciamento do terceiro setor por parte dos “movimentos de resistência” , entendido pela autora como movimentos sociais e organizações não-governamentais que atuam politicamente e em prol da defesa de direitos (Beghin, 2009:134-135).

Ainda que muitas organizações da sociedade civil se voltem para a atuação conjunta com o setor privado, cooptadas ou inseridas voluntariamente nesta relação, no Brasil, nos anos 1990 e 2000, muitas ONGs e movimentos sociais continuaram suas lutas e sua mobilização, inclusive em torno do questionamento da “atuação predadora empresas” sendo marcantes, neste sentido, a articulação em torno da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, as diversas edições do Fórum Social Mundial e das Cúpulas dos Povos da América Latina e Caribe, que acontecem como eventos paralelos aos encontros de chefes de Estados deste países. Outras iniciativas de resistência por parte de movimentos sociais aos efeitos do neoliberalismo, da globalização e do poder das transnacionais igualmente são lembradas pela autora, como o Grito da Terra¹⁴⁵, o Grito dos Excluídos¹⁴⁶, a Marcha das Margaridas¹⁴⁷, a Marcha pela Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹⁴⁸ – todos eles anuais, dentre outros. (Beghin, 2009:136).

Em relação às ONGs, nacionalmente, o destaque à resistência às idéias de RSC é conferido à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG).

¹⁴⁵ Para maiores informações, consultar: www.contag.org.br .

¹⁴⁶ Para maiores informações, consultar: www.gritodosexcluidos.org .

¹⁴⁷ Para maiores informações, consultar: www.contag.org.br .

¹⁴⁸ Para maiores informações, consultar: www.mst.org.br .

Para a ABONG (2006), a “filantropia empresarial” atua como forma de legitimação social para aumentar os lucros e a capacidade de acumulação das empresas, não contribuindo, portanto, para a transformação social, para a superação de desigualdades ou para o fortalecimento da universalização de direitos, do Estado, das políticas públicas ou do debate público:

O que chamamos a atenção é para o cenário que tem permitido a "refilantropização" no trato da questão social, ocorrido a partir do início dos anos de 1990. Este termo refere-se à forma como crescentemente atribui-se ao setor privado, à sociedade, por meio de sua mobilização, responsabilidades para o enfrentamento da chamada "questão social", tirando das mãos do Estado este seu papel primordial. Da mesma forma, contribui para a despolitização de um debate público em torno da necessidade de políticas fundamentais, tais como a Política Nacional de Assistência Social, bem como da afirmação de direitos, da redistribuição de renda e da importância da inversão das prioridades de investimentos públicos no país. Participar da vida pública, exigir que o Estado assuma suas obrigações e possuir diretrizes éticas na forma como operam não é mais do que a obrigação de empresas sérias, tenham estas o porte que for (Ibid).

Como conclusão, a ABONG defende a idéia de que seja construída uma reflexão interna por parte das empresas e agenda pública e democrática, que conte com a participação da sociedade e dos movimentos sociais na avaliação dos impactos das ações sociais como forma de alterar o modelo de desenvolvimento vigente, irresponsável, mas responsável por profundas desigualdades sociais e agressões ao ambiente (Ibid).

Os sindicatos no Brasil, por sua vez, reagem, de uma forma geral com bastante desconfiança quanto à adoção de política de RS por parte das empresas. O Instituto Observatório Social (IOS), criado em 1997 pela Central Única dos Trabalhadores (CUT)¹⁴⁹, principal central sindical do Brasil, se define como um “centro de pesquisas de referência nacional e internacional nos temas socio-laborais, que contribui para a universalização dos direitos dos trabalhadores”¹⁵⁰ e resume da seguinte forma a sua visão sobre RSC: “ao contrário do que pode parecer, a responsabilidade social empresarial é uma estratégia defensiva de parte das multinacionais, é o contrapeso às ações e aos movimentos sociais que há mais de vinte anos vêm denunciando as consequências negativas da globalização a qualquer preço e sem controle social” (IOS, 2004:15). Neste sentido, o IOS entende que “na medida em que as empresas voltam-se

¹⁴⁹ O Instituto Observatório Social, embora criado pela CUT, conta com o apoio do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), do Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), e da Rede Inter-Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho). Disponível em www.observatoriosocial.org.br Acesso em 09/02/2012.

¹⁵⁰ Ibid.

em grande parte para a criação de valor para seus acionistas, o limite de suas ações socialmente responsáveis será dado pelas decisões estratégicas em relação ao mercado” (IOS, 2004: 118).

Para que seja considerada pelos trabalhadores representados pela CUT como socialmente responsável, uma empresa deve, então, “garantir aos seus trabalhadores o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva, promover condições de trabalho seguras e saudáveis, não utilizar trabalho forçado e infantil, promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e não realizar qualquer tipo de discriminação no ambiente de trabalho” (IOS, 2004:6).

Os trabalhadores reivindicam, como parte do processo de produção, a possibilidade e a capacidade de “discutir, influenciar e monitorar o próprio processo produtivo” (IOS, 2004: 118) - o que significa dizer que a RSC “é um espaço estratégico de atuação porque favorece o diálogo com ONGs e outros representantes da sociedade civil. Mas só será realmente um espaço de ação para os trabalhadores se favorecer a negociação coletiva, a liberdade sindical e se promover os direitos fundamentais do trabalho” (Ibid).

Em relação à academia e à temática da RSC, muitos são os estudos realizados no país por cientistas políticos, sociólogos, antropólogos, assistentes sociais e administradores, alguns dos quais já expostos neste trabalho. Vale a pena destacar a realização, a cada dois anos, do “Workshop Empresas, Empresários e Sociedade”, uma rede nacional de cientistas sociais que analisam o tema e se encontram para debater suas pesquisas na área. Outro ponto importante é a apropriação da produção acadêmica pelas empresas e pelos mecanismos de mercado, tanto aquela se manifesta de forma favorável à adoção de práticas de RSC, quanto a que se coloca criticamente, se opondo à RSC ou apontando suas fragilidades e as conseqüentes necessidades de reformulação ou ajustes.

Em relação aos consumidores, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), criado em 1987, é uma associação de consumidores que se organiza com o objetivo de “promover a educação, a conscientização, a defesa dos direitos do consumidor e a ética nas relações de consumo”¹⁵¹. A busca pelo constante aprimoramento da legislação de defesa do consumidor e pela repressão ao abuso do poder econômico nas relações de consumo não levam o Idec a se opor à temática da RSC, mas a entendê-la como um

¹⁵¹ Disponível em <http://www.idec.org.br/>. Acesso em 11/02/2012.

direito do consumidor – o que deve incluir não apenas o uso de valores éticos nas relações de consumo, mas “se tornar uma política interna. A atitude social empresarial deve ser a base da atividade da instituição e englobar a preocupação e o compromisso com os impactos que uma determinada ação causa a cada setor da sociedade, desde o próprio cidadão até o meio ambiente”¹⁵². O Instituto Akatu - criado em 2000 dentro do Instituto Ethos - por sua vez, atua tendo por base não a defesa ou fortalecimento dos direitos do consumidor, mas a idéia do “ato de consumo consciente como um instrumento fundamental de transformação do mundo, já que qualquer consumidor pode contribuir para a sustentabilidade da vida no planeta: por meio do consumo de recursos naturais, de produtos e de serviços e pela valorização da responsabilidade social das empresas”¹⁵³. Neste sentido, o Akatu busca promover, entre os consumidores, a valorização das práticas de RSC adotadas pelas empresas em suas decisões de compra, enxergando o consumidor é um importante agente indutor da responsabilidade social¹⁵⁴.

Como conclusão, observamos que a sociedade civil brasileira - assim como o Estado brasileiro - recebeu amplamente as idéias de compartilhamento de responsabilidades entre os poderes públicos e privados, o que pode ser percebido pela “explosão do terceiro setor”, e, em se tratando do Estado, por meio da adoção de políticas compartilhadas de assistência social, por exemplo. A sociedade civil brasileira, no entanto, desenvolve formas de tensão com o movimento de responsabilidade social, questionando e resistindo às suas premissas, ainda que, mais uma vez, este processo se dê de forma incipiente e descoordenada.

¹⁵² Disponível em <http://www.idec.org.br/consultas/dicas-e-direitos/responsabilidade-social-e-direito-do-consumidor>. Acesso em 11/02/2012.

¹⁵³ Disponível em <http://www.akatu.org.br/> Acesso em 11/02/2012.

¹⁵⁴ Ibid.